Integração das Mudanças Climáticas nos Processos de Desenvolvimento Nacional e na Programação Nacional das Nações Unidas

Guia para Apoiar as Equipas da ONU nos Países na Integração dos Riscos e Oportunidades Climáticas

Empowered lives.
Resilient nations.

2012 United Nations Development Programme Environment and Energy Group

Integração das Mudanças Climáticas nos Processos de Desenvolvimento Nacional e na Programação Nacional das Nações Unidas

Guia para Apoiar as Equipas da ONU nos Países na Integração dos Riscos e Oportunidades Climáticas

UNDP

Empowered lives.
Resilient nations.

MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES Y DE COOPERACIÓN

aecid

2012 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Grupo de Ambiente e Energia

O PNUD estabelece parcerias com pessoas em todos os níveis da sociedade para apoiar a criação de nações preparadas para enfrentar crises, e para impulsionar e sustentar crescimento que melhora a qualidade de vida para todos. Com actividade em 177 países e territórios, oferecemos perspectiva global e percepção local para fortalecer vidas e criar nações resilientes.

Fevereiro de 2012

Copyright © United Nations Development Programme

Reservados todos os direitos. Esta publicação não pode ser reproduzida, nem transmitida, no todo ou em parte, por qualquer processo electrónico, mecânico, fotocópia, gravação ou de outros, sem prévia autorização do autor ou do PNUD.

As opiniões e recomendações expressas no presente relatório são do autor e não representam necessariamente as do PNUD, da ONU ou dos seus Estados Membros. São da sua responsabilidade exclusiva eventuais erros de omissão ou comissão.

Autores: Marjolaine Côté, Coordenadora do Projecto Mudanças Climáticas do PNUD, e Sérgio Teixeira Santos, TerraSystemics.

Tradutora: Ermelinda Rodrigues

Disponível em Espanhol, Francês e Inglês

Assistência com Design: ARKO Communications

Executado como parte do projecto:

Integração dos Riscos e Oportunidades das Mudanças Climáticas nos Processos de Desenvolvimento Nacional e na Programação Nacional da ONU
Financiado pelo Governo de Espanha

O presente guia deverá ser referenciado como: PNUD (2011). Integração das Mudanças Climáticas nos Processos de Desenvolvimento Nacional e na Programação Nacional das Nações Unidas: Guia para Apoiar as Equipas da ONU nos Países na Integração dos Riscos e Oportunidades Climáticas. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: Nova Iorque, NY, EUA.

Índice

perfil conceitos mapa equipa

1. Introdução **3**

2. Principais Termos e Conceitos sobre Mudanças Climáticas **5**

3. Considerações para Implementação das Seis Etapas do Processo **7**

Equipa de Implementação 7

Estimativas de Tempo e Orçamento 7

4. Integração das Mudanças Climáticas nos Planos de Desenvolvimento **8**

Etapa 1: Criar um Perfil Climático do País 9

Etapa 2: Elaborar um Mapa Institucional 12

Etapa 3: Envolver as Partes Interessadas e seleccionar o Documento para a Avaliação dos Riscos e Oportunidades das Mudanças Climáticas 15

Etapa 4: Avaliar os Riscos e Oportunidades das Mudanças Climáticas 18

Etapa 5: Desenvolver Capacidades das Partes Interessadas 23

Etapa 6: Integrar as Mudanças Climáticas no Documento Revisto 26

5. Lições Aprendidas e Conclusões **28**

Referências **30**

Anexo 1: Termos de Referência para a Contratação do Coordenador Nacional das Mudanças Climáticas **32**

Anexo 2: Termos de Referência para a Contratação do Especialista em Riscos das Mudanças Climáticas **33**

1. Introdução

desafio
MDGs guia
UNDP

As mudanças climáticas representam um sério desafio para a prossecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Alterações dos padrões climáticos e de precipitação, bem como subida do nível dos mares irão agravar tensões políticas, económicas e humanitárias existentes em todo o mundo. Isto é particularmente verdade para os países que dependem muito de sectores vulneráveis ao clima, nomeadamente a agricultura e pescas, recursos hídricos, florestas e biodiversidade, para manter e melhorar as condições de vida das suas populações.

Consequentemente, torna-se importante gerir os riscos das mudanças climáticas como parte da nossa abordagem para o desenvolvimento. A integração das mudanças climáticas como tema transversal nos planos de desenvolvimento irá proteger os avanços, conseguidos através de intensos esforços, para reduzir a pobreza a nível mundial, até à data e para o futuro. Tal abordagem integrada tornará o desenvolvimento mais resiliente através da redução dos impactes das mudanças climáticas, bem como da identificação de oportunidades de desenvolvimento que, de outra forma, poderiam não ter sido consideradas. A título de exemplo, uma abordagem integrada deverá contemplar o risco da subida dos níveis do mar para o desenvolvimento de uma estratégia nacional para o turismo costeiro.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) fornece políticas e serviços de capacitação sobre mudanças climáticas para apoiar países em desenvolvimento na resposta aos impactes das mudanças climáticas e na integração dos riscos climáticos no planeamento nacional e programação das Nações Unidas. Através destes serviços, o PNUD apoia governos nacionais e sub-nacionais na transformação dos seus trajectos de desenvolvimento para um futuro ecologicamente sustentável e com baixa intensidade carbónica.

A integração das mudanças climáticas na planificação e na tomada de decisão é uma ferramenta crucial para assegurar que a adaptação às mudanças climáticas e redução da pobreza sejam implementadas lado a lado. Esta abordagem implica ter em conta os riscos e oportunidades, colocando, ao mesmo tempo, em prática medidas de adaptação que estejam sintonizadas com a visão de longo prazo de desenvolvimento.

A integração das mudanças climáticas nas políticas, plano e projectos de desenvolvimento nacionais contribui para:

- Reduzir a vulnerabilidade dos impactos e a variabilidade do clima,
- Aumentar a capacidade de adaptação das comunidades e actividades nacionais relativas aos impactos climáticos, e
- Garantir um desenvolvimento sustentável e acautelar decisões que poderão originar a má-adaptação.

Em 2009, o Grupo de Ambiente e Energia do PNUD lançou um projecto intitulado **Integração dos Riscos e Oportunidades das Mudanças Climáticas nos Processos de Desenvolvimento Nacional e na Programação Nacional das Nações Unidas** (doravante denominado o "Projecto dos Riscos Climáticos"), financiado pelo Governo de Espanha. O projecto foi implementado em cinco países: Cabo Verde, Colômbia, El Salvador, Malawi, e Nicarágua.

O Projecto dos Riscos Climáticos foi desenvolvido para pilotar um processo de integração das mudanças climáticas na planificação das Nações Unidas (ONU) e no processo de desenvolvimento nacional, assim como desenvolver as capacidades nacionais para esse fim. O processo pode ser replicado através das seis seguintes etapas:

Etapa 1: Criar um Perfil Climático do país;

Etapa 2: Elaborar um Mapa Institucional;

Etapa 3: Envolver as partes interessadas e seleccionar o documento a avaliar quanto aos riscos e oportunidades das mudanças climáticas;

Etapa 4: Avaliar os riscos e oportunidades das mudanças climáticas;

Etapa 5: Desenvolver capacidades das partes interessadas; e

Etapa 6: Integrar as mudanças climáticas no documento revisto.

O objectivo desta publicação é descrever, de forma prática, o processo que se revelou eficaz no Projecto, de forma a apoiar membros das equipas nacionais da ONU não especializados em mudanças climáticas a aplicar o processo de integração no contexto nacional.

Com base na experiência do Projecto dos Riscos Climáticos, este Guia propõe uma série de boas práticas e identifica elementos cruciais a tomar em conta. A intenção é que estas experiências e percepções possam apoiar as equipas nacionais da ONU na promoção e prossecução de actividades de integração das mudanças climáticas, e apoiar os membros do governo a fazer o mesmo.

A publicação tem 5 secções. Os conceitos referidos ao longo do Guia são apresentados de forma sucinta na Secção 2. A Secção 3 apresenta informação essencial à implementação do processo, incluindo recursos humanos, apoio financeiro e alocação de tempo. A Secção 4 descreve cada etapa e oferece amostras de resultados do Projecto dos Riscos Climáticos. Esta secção também identifica recursos relevantes de informação, a nível nacional e internacional, e apresenta fichas de trabalho para apoiar o leitor na aplicação da abordagem no contexto nacional específico. A Secção 5 contem Lições e Conclusões. Exemplos de termos de referência para o recrutamento de pessoal técnico podem ser vistos nos Anexos.

Os relatórios produzidos no âmbito do Projecto dos Riscos Climáticos, incluindo reflexões sobre as experiências nos cinco países, podem ainda ser descarregados a partir do portal *Adaptation Learning Mechanism* (ALM) (www.adaptationlearning.net) visitando a página do projecto de cada um dos países participantes.

Em Cabo Verde, a segurança alimentar é um elemento crucial nas estratégias de redução da pobreza que será cada vez mais impactada com as mudanças climáticas. (Fotografia cortesia de Sérgio Teixeira Santos)

2. Principais Termos e Conceitos sobre Mudanças Climáticas

Os seguintes termos e conceitos são regularmente usados no domínio do clima e de desenvolvimento. São adaptados a partir de uma variedade de fontes institucionais, listadas no Capítulo 7.[1]

De especial atenção é a definição de "vulnerabilidade às mudanças climáticas", que é uma função do carácter, magnitude e taxa de variação climática à qual um sistema está exposto, sua sensibilidade e sua capacidade de adaptação (IPCC, 2007).

Adaptação

Ajustes nos sistemas humanos e naturais, em resposta a estímulos climáticos reais ou esperados e/ou seus efeitos, que moderam danos ou exploram oportunidades benéficas (IPCC 2007). A adaptação pode ser espontânea (desencadeada por mudanças ecológicas em sistemas naturais e pelo mercado, ou mudanças de bem-estar nos sistemas humanos) ou previstas (resultado de uma decisão política deliberada, com base numa percepção de que as condições mudaram ou estão prestes a mudar e que é necessária a acção). Também pode ser em resposta a ('ex post'), ou em antecipação a ('ex ante'), mudanças das condições climáticas. Adaptação implica um processo através do qual as medidas e comportamentos para prevenir, moderar, lidar com, e tirar proveito das consequências de eventos climáticos são planeados, melhorados, desenvolvidos e implementados (PNUD 2005).

Avaliação ou Triagem de Riscos Climáticos

Um processo sistemático para determinar a natureza e até que ponto os projectos de desenvolvimento e programas existentes já consideram os riscos e as oportunidades das mudanças climáticas, de modo a identificar oportunidades de inclusão das mudanças climáticas explicitamente em futuros projectos (Klein *et al.* 2007). Trata-se de analisar os potenciais impactos sobre as actividades, produtos e programas, enquanto são avaliadas as condições existentes de vulnerabilidade que poderiam representar potencial ameaça ou danos a pessoas, bens e/ou meios de subsistência, para não mencionar o ambiente de que estes dependem (UNISDR 2004).

Capacidade de Adaptação

A capacidade de um sistema para se adaptar às mudanças climáticas (incluindo variabilidade climática e aos eventos extremos), para moderar potenciais danos, para aproveitar as oportunidades, e/ou para lidar com as consequências. Também pode ser definida como a propriedade de um sistema para ajustar as suas características ou comportamento, a fim de expandir o seu campo de actuação relativamente à variabilidade climática existente, ou futuras condições climáticas (IPCC 2007). Um "sistema" pode assumir a forma de um país, uma comunidade, uma família, ou um indivíduo.

Exposição

A natureza e o grau de pressão climática sobre um sistema, incluindo mudanças de longo prazo das condições climáticas e mudanças da variabilidade climática. Para avaliar a exposição, deve-se considerar como os seres humanos e materiais podem ser afectados pela mudança, bem como a mudança do clima em si (aumento do nível do mar, precipitação e mudança de temperatura) (IPCC 2001).

Gestão dos Riscos Climáticos

Um órgão de trabalho que une os temas da adaptação às mudanças climáticas, gestão de desastres e desenvolvimento. Hellmuth et al. (2007) descrevem a Gestão dos Riscos Climáticos como uma abordagem para promover o desenvolvimento sustentável através da redução da vulnerabilidade associada a riscos climáticos. Esta abordagem envolve a implementação de estratégias pró-activas "sem arrependimentos", destinadas a minimizar os impactos e a minimizar os resultados

[1] Ver também *Guidance Note on Integrating Climate Change Considerations in the Country Analysis and the UNDAF* (2010).

negativos em sectores sensíveis ao clima tais como agricultura, segurança alimentar, recursos hídricos e saúde, nas comunidades e sociedades maiores. Decisões ou acções "sem arrependimentos" são aquelas que se espera levem a resultados de desenvolvimento positivos, independentemente do facto de uma ameaça climática específica realmente se materializar no futuro.

Integração

A integração de respostas prioritárias de adaptação às mudanças climáticas no desenvolvimento, de forma a reduzir os potenciais riscos de desenvolvimento e aproveitar as oportunidades. O objectivo é implementação das medidas de adaptação, "como parte de um amplo conjunto de medidas nos processos de desenvolvimento e nos ciclos de decisão existentes" (OCDE 2009, p.60).

Má-adaptação

Uma acção ou processo que aumenta a vulnerabilidade ou exposição a impacto relacionados com mudanças climáticas. As acções e processos de má adaptação (inadequados) muitas vezes incluem as políticas e medidas de desenvolvimento planeadas que proporcionam ganhos ou benefícios económicos de curto prazo, mas conduzem a vulnerabilidade exacerbada a médio e longo prazos.

Mudanças Climáticas

Variação do clima ao longo do tempo em relação às médias históricas, causadas por processos internos ao sistema Terra-atmosfera ou pelo resultado da atividade humana.

Resiliência

A capacidade de comunidades absorverem tensões externas e distúrbios, como resultado de mudanças sociais, políticas ou ambientais. São três as condições que permitem um sistema social ou ecológico a absorver mudança: capacidade de auto-organização, capacidade para amortecer ou absorver mudança, e capacidade para aprender e adaptar (Trosper 2002).

Riscos Climáticos

A probabilidade de consequências nefastas ou expectativas de perdas (exemplo: mortes, ferimentos, danos a propriedade ou ao ambiente, interrupção de modos de vida e à actividade económica) resultando de interacções entre perigos naturais relacionados com o clima e condições de vulnerabilidade.

Sensibilidade

O grau a que o sistema é afectado – quer adversamente/beneficamente, directamente/indirectamente - pela variabilidade e/ou mudanças climáticas (IPCC 2007).

Tornar à Prova das Mudanças Climáticas (Climate Proofing)

O processo de tornar mais resilientes às mudanças climáticas intervenções de desenvolvimento envolvendo propriedade ou infra-estrutura, através da redução de riscos e potencialização das oportunidades. O objectivo é de reduzir riscos climáticos para "níveis aceitáveis através de mudanças duradouras e sensatas em termos ambientais, viáveis em termos económicos e aceitáveis em termos sociais" (ADB 2005).

Vulnerabilidade a Mudanças Climáticas

O grau a que um sistema é susceptível a, ou incapaz de lidar com os efeitos adversos das mudanças climáticas, incluindo variabilidade climática e eventos extremos. A vulnerabilidade é uma função do carácter, da magnitude e da taxa de variação climática à qual um sistema está exposto, sua sensibilidade, e sua capacidade de adaptação (IPCC 2007).

Vulnerabilidade = Exposição + Sensibilidade – Capacidade de adaptação

Queira consultar *Screening Tools and Guidelines to Support the Mainstreaming of Climate Change Adaptation into Development Assistance: A Stocktaking Report* (2010) do PNUD para análises mais alargadas sobre a adaptação às mudanças climáticas e conceitos de adaptação, assim como o *Guide for Practitioners* (2011) do UNPEI e o *Adaptation Policy Framework* (PNUD 2005).

3. Considerações para Implementação das Seis Etapas do Processo

Equipa de Implementação

O presente Guia sugere que a Equipa de Implementação seja formada por um Ponto Focal Nacional do PNUD, um Coordenador Nacional para as Mudanças Climáticas, e um Especialista em Riscos de Mudanças Climáticas. Esta equipa de três pessoas foi eficaz e suficiente no Projecto dos Riscos Climáticos, embora as necessidades possam variar de acordo com os contextos nacionais. A natureza complementar destes três indivíduos garante que a avaliação do clima e o exercício de integração sejam devidamente apoiados nas vertentes técnica e administrativa. A qualidade da Equipa de Implementação determinará a qualidade do resultado.

O Coordenador Nacional para as Mudanças Climáticas deverá ser natural do país onde o processo de integração esteja a ser implementado, e ter alguma experiência anterior no domínio de mudanças climáticas. O mesmo deve ter um forte histórico de implementação de projectos, organização de workshops, e ser um indivíduo auto-suficiente e motivado. O Anexo 1 fornece um modelo de "Termos de Referência" para a contratação de tal especialista.

O Especialista em Risco de Mudanças Climáticas deve ter uma vasta experiência na avaliação dos riscos das mudanças climáticas. Deve compreender a ciência das mudanças climáticas, ter excelentes capacidades analíticas e de escrita, ser capaz de tomar em consideração as incertezas das projecções climáticas, e integrar o conhecimento da relação entre a sociedade, o ambiente, a economia, a política, e outras disciplinas. A experiência anterior no país é uma mais-valia. O Anexo 2 oferece o modelo de "Termos de Referência" para a contratação deste especialista.

Ambos os indivíduos devem estar em posição de permitir a interacção com uma ampla gama de intervenientes - desde o pessoal técnico a autoridades governamentais de chefia e representantes da ONU – tanto numa base individual em reuniões, como formador/comunicador em workshop.

Se essas pessoas não estiverem disponíveis internamente, poderão ser contratados consultores nacionais e internacionais. Uma pequena lista de especialistas foi elaborada como resultado do Projecto dos Riscos Climáticos. Entre em contacto com o Grupo de Ambiente e Energia para informações sobre consultores internacionais experientes (marjolaine.cote@undp.org).

Estimativas de Tempo e Orçamento

O tempo necessário para implementar as seis etapas descritas abaixo dependerá de uma variedade de factores. Estes incluem: identificação e acordo sobre o documento(s), projecto(s) e/ou programa(s) a serem avaliados (incluindo o âmbito de cada avaliação); quantidade de documentos a serem analisados; percepção prévia e interesse manifesto de autoridades nacionais; disponibilidade de fontes relevantes de informação; celeridade dos procedimentos de contratação dos consultores; disponibilidade da UNCT e outras partes interessadas, e, o tempo necessário para a UNCT realmente envolver as partes governamentais, o que pode variar muito dependendo do país.

A experiência do Projecto dos Riscos Climáticos indica que devem ser dedicados pelo menos seis meses à implementação das Etapas 1-5 para a análise de um único documento de desenvolvimento. Deve ser reservado um tempo adicional se for analisado mais do que um documento, e para implementar a Etapa 6.

O orçamento necessário pode mudar de país para país. No Projecto dos Riscos Climáticos, a cada país foi atribuído um orçamento de 100.000 USD, o que foi suficiente para avaliar dois ou três documentos de desenvolvimento, organizando dois a três workshops, e para a contratação de um Coordenador Nacional para as Mudanças Climáticas e um Especialista em Riscos de Mudanças Climáticas. Recursos adicionais estavam disponíveis para disseminação do conhecimento a nível mundial, organização de eventos, partilha de lições, colaboração sul-sul, despesas de transporte e para um Coordenador de Projecto Global que ofereceu garantia de qualidade total para os cinco países.

4. Integração das Mudanças Climáticas nos Planos de Desenvolvimento

adaptação capacidade passos gerir

Há uma relação importante entre o desenvolvimento e a adaptação às mudanças climáticas em que ambos visam reduzir as causas de vulnerabilidade. A integração dos riscos e as oportunidades das mudanças climáticas em actividades de desenvolvimento é uma maneira de se envolver directamente nesta relação. A sua finalidade é não só aumentar a resistência às mudanças climáticas, mas também garantir que o desenvolvimento "sem arrependimentos" seja implementado e não sejam tomadas quaisquer medidas inadequadas.

Embora seja útil "triar" (avaliar) os planos de desenvolvimento, projectos e programas existentes de modo a ter um ponto de referência a partir do qual trabalhar, tais análises só são úteis na medida em que as conclusões e recomendações são adoptadas em versões revistas de documentos de desenvolvimento e são implementadas como parte das actividades futuras. Isto, por sua vez, apenas se torna possível se as partes interessadas envolvidas na preparação, implementação e monitorização dos documentos estratégicos de desenvolvimento estiverem directamente envolvidas no processo de integração das mudanças climáticas. De referir, ainda, e conforme descrito em outras publicações, que as avaliações do risco climático são, apenas uma parte do processo de integração, que inclui também: (i) sensibilização, (ii) identificação, priorização e selecção de medidas de adaptação adequadas, (iii) implementação, e (iv) seguimento e avaliação (PNUD 2010, UNPEI 2011).

Tomando isto em consideração, o Projecto-piloto dos Riscos Climáticos foi desenvolvido para pilotar um processo que não só integra as mudanças climáticas na planificação da ONU e nos processos de desenvolvimento do governo, mas também desenvolve a capacidade nacional para o fazer.

A abordagem de integração compreende as seguintes seis etapas:

Etapa 1: Criar um Perfil Climático do país;

Etapa 2: Elaborar um Mapa Institucional;

Etapa 3: Envolver as partes interessadas e seleccionar o documento a avaliar quanto aos riscos e oportunidades das mudanças climáticas;

Etapa 4: Avaliar os riscos e oportunidades das mudanças climáticas;

Etapa 5: Desenvolver capacidades das partes interessadas; e

Etapa 6: Integrar as mudanças climáticas no documento revisto.

Estas etapas são recomendadas para alcançar uma integração completa das mudanças climáticas nas políticas nacionais, planos e projectos de desenvolvimento seleccionados. No entanto, os países podem optar por adaptar esta abordagem às circunstâncias e ao contexto nacionais.

Cada uma dessas etapas será agora apresentada em detalhe.

Etapa 1: Criar um Perfil Climático do País

Um Perfil Climático do País é um documento sucinto, de fácil compreensão que descreve as informações mais relevantes em contextos climáticos históricos, actuais e projectados, bem como os potenciais impactos das mudanças climáticas e da variabilidade climática. A preparação do Perfil Climático do País envolve a identificação e a compilação da informação existente, sintetizando-a num documento legível que pode servir de guia de referência inicial para aqueles que não sejam especialistas em assuntos climáticos.

O Perfil Climático deve, todavia, ser técnico e ter substância. Por conseguinte, deve ser elaborado por um especialista da área de mudanças climáticas. A identificação e a obtenção de documentação nacional ou o acesso a bases de dados podem levar algum tempo, o que torna crucial o apoio de um Coordenador Nacional para as Mudanças Climáticas na navegação pelos canais de informação muitas vezes complexos.

O Perfil Climático pode ser resumido num folheto que pode ser usado na discussão com o governo e restantes intervenientes nacionais. Esse folheto é um documento útil para destacar (num formato fácil leitura, com marcadores) as informações climáticas mais marcantes, como:

- Os impactos das mudanças climáticas previstos,
- Os impactos socioeconómicos previstos,
- Os riscos históricos de desastres,
- Principais populações e sectores vulneráveis, e
- As potenciais medidas de adaptação.

A *Caixa 1* fornece exemplos de possíveis modelos de Perfil Climático, retirados dos projectos da Nicarágua e do Malawi. A Caixa 2 apresenta alguns recursos disponíveis que podem servir de base para a elaboração do Perfil Climático do País.

Etapa 1: Criar um Perfil Climático do País

Objectivo: Produzir um resumo das informações climáticas disponíveis a nível nacional para um público que inclui não -especialistas em questões climáticas.

Pessoa responsável: Especialista em Riscos de Mudanças Climáticas, com o apoio do Coordenador Nacional para as Mudanças Climáticas.

Nível de esforço: 4-5 dias para produzir um relatório de 10-12 páginas.

Tarefas envolvidas:

1. **Revisão** da literatura nacional e internacional relevante para a informação no contexto do clima no passado, actual e projectado (ver Caixa 2).
2. **Elaboração de um relatório** que inclui as seguintes secções:
   - **Situação geral:** Descrição de factores relevantes, tais como a geografia, a sazonalidade, as características do clima actual do país, a temperatura/variações e picos da precipitação.
   - **As tendências históricas:** tendências relevantes na observação meteorológica, frequência, intensidade e surgimento de padrões relativos a secas, inundações, tempestades, eventos El Niño/La Niña; evidências de mudanças do nível do mar. Com base em conjuntos de dados científicos e enriquecidos com outros registos (por exemplo, lembranças dos anciãos; evidências de mudanças devido a alterações nos costumes ou práticas).
   - **Mudanças climáticas futuras:** As mudanças projectadas nos parâmetros relevantes, como o ar, precipitação e humidade do solo, nível do mar, variabilidade climática, frequência e intensidade de eventos extremos; incerteza das projecções.
   - **Impactos potenciais das mudanças e da variabilidade climáticas:** os sectores sensíveis e/ou vulneráveis (útil se apresentado como uma tabela, e quando identifica impactos específicos nacionais). Se disponível, podem incluir respostas de adaptação potencialmente viáveis.
   - **Medidas de adaptação** (Estas podem já ter sido identificadas na literatura).
3. **Produção de um Sumário Executivo** (não mais de 4 páginas) das informações/questões mais relevantes. Pode ser usado em outros relatórios ou como um documento autónomo.

Caixa 1: Exemplos Perfis Climáticos da Nicarágua e Malawi

Sinopse do Perfil Climático da Nicarágua

O Perfil Climático realizado na Nicarágua (Cigarán et al. 2009) deu ênfase aos impactos da vulnerabilidade e das mudanças climáticas a nível sectorial:

1. Introdução
2. Perfil Climático: Vulnerabilidade & Projecções
   - 2.1 Clima
   - 2.2 Projecções Climáticas
   - 2.3 Vulnerabilidade & Impactos (zonas costeiras, agricultura, zonas rurais, saúde, recursos hídricos, ecossistemas, energia)
3. Sensibilidade Climática do Desenvolvimento
   - 3.1 Emprego
   - 3.2 Segurança alimentar & pobreza
   - 3.3 Governação e desenvolvimento sustentável
4. Bibliografia

O Perfil Climático da Nicarágua está disponível no ALM.

Sinopse do Perfil Climático do Malawi

O estudo do Malawi (Linddal 2009) seguiu uma estrutura de resposta nacional aos impactos, realçando a relação entre a vulnerabilidade e a adaptação:

1. Exposição às mudanças climáticas, sensibilidade e vulnerabilidade
2. Exposição: Mudanças climáticas e variabilidade no Malawi
   - 2.1. Clima do Malawi
   - 2.2. Tendências climáticas, variabilidade e desastres
   - 2.3. Previsões e projecções climáticas
   - 2.4. Resumo de potenciais riscos climáticos
3. Sensibilidade: fazer face às mudanças climáticas no Malawi
   - 3.1. Sensibilidade em diferentes sectores (agricultura, segurança alimentar, saúde, energia, pescas, vida selvagem, recursos hídricos, florestas, género)
   - 3.2. Plano de Acção Nacional para a Adaptação
   - 3.3. Potenciais impactos de mudanças climáticas
4. Vulnerabilidade: Adaptação às mudanças climáticas e à variabilidade no Malawi
   - 4.1. Estrutura de resposta nacional aos impactos da vulnerabilidade e adaptação
   - 4.2. Redução dos riscos de desastres e adaptação às mudanças climáticas
   - 4.3. Resumo da vulnerabilidade às mudanças climáticas

O Perfil Climático do Malawi está disponível no ALM.

Caixa 2: Fontes de Informação Nacionais e Internacionais

Encontrar a informação certa rapidamente é extremamente importante na condução de análises. Segue uma lista de recursos de informação - específicos e genéricos - que pode ser útil para caracterizar factores a nível nacional ou sub-nacional (chuva, por exemplo), bem como a nível global (por exemplo, o aumento do nível do mar). É possível que um país já tenha tido o seu Perfil Climático publicado (consulte os links abaixo). A Comunicação Nacional será uma das principais fontes de informação.

Fontes nacionais:

- Programa de Acção Nacional de Adaptação (NAPA) submetido pelo UNFCCC http://unfccc.int/cooperation_support/least_developed_countries_portal/submitted_napas/items/4585.php
- Comunicação Nacional ao UNFCCC http://unfccc.int/national_reports/non-annex_i_natcom/items/2979.php
- Perfis climáticos anteriores elaborados como parte de relatórios nacionais encomendados no quadro de financiamentos de projectos bilaterais ou multilaterais
- Ministério de Ambiente - "Estado dos Relatórios Ambientais" e/ou relatórios sectoriais, com informação relevante publicada por outros Ministérios /Direcções Gerais
- Relatórios de serviços da Meteorologia e/ou Geofísica

Fontes Internacionais:

- Rede de aprendizagem da adaptação do PNUD http://www.adaptationlearning.net/country-profiles
- Perfis Climáticos de Países da Universidade de Oxford/PNUD http://country-profiles.geog.ox.ac.uk/
- Centro Tyndall para Pesquisa sobre Mudanças Climáticas http://www.tyndall.ac.uk/biblio/technical-reports
- GRID ARENDAL (PNUMA) http://maps.grida.no/
- Boletins informativos sobre novas descobertas científicas nos meios de comunicação de qualidade
  Ex: http://www.guardian.co.uk/environment/2010/jan/15/sea-level-climate-change
- Portal do Banco Mundial sobre as Mudanças Climáticas http://sdwebx.worldbank.org/climateportal/

Ideias de Trabalho 1

Enumere alguns dos potenciais impactos de mudanças e da variabilidade climáticas no seu país?

Quais são os potenciais grupos de pessoas e sectores vulneráveis a esses impactos?

Quais são as principais fontes de Informação que consultaria?

No Malawi, em consequência das mudanças climáticas, espera-se um aumento dos períodos de estiagem e seca e uma distribuição irregular de precipitação. As mulheres são particularmente vulneráveis a estes perigos, uma vez que têm como tarefas diárias a recolha de combustível e água para suas habitações. (Fotografia cortesia de Adam Rogers)

Etapa 2: Elaborar um Mapa Institucional

Um Mapa Institucional fornece uma visão geral das instituições e outras partes interessadas envolvidas em actividades nacionais sobre mudanças climáticas. É um recurso valioso para informar a equipa do processo de integração, bem como para um público mais vasto a nível nacional (como a UNCT, representantes do governo, funcionários de outras organizações internacionais e parceiros nacionais). O documento deve ser sucinto e assumir que o leitor já está familiarizado com as instituições e actores envolvidos.

Mais do que simplesmente identificar ou descrever as principais estruturas institucionais envolvidas nas mudanças climáticas, o Mapa Institucional deve fornecer uma avaliação crítica de como as questões climáticas são coordenadas entre os órgãos governamentais e com outras partes interessadas. O mesmo deve analisar todos os actores relevantes no país, nomeadamente o governo, doadores bilaterais e multilaterais, ONGs e o sector privado. Como este tipo de visão nacional é difícil de encontrar, uma ilustração ou "mapa" que demonstre as ligações e relacionamentos entre as instituições é extremamente útil.

O documento deve incluir uma breve descrição dos quadros de regulação e institucionais para as mudanças climáticas, bem como apresentar a cobertura, escala e coordenação das intervenções no quadro das mudanças climáticas. Isto fornecerá uma indicação da prioridade atribuída às mudanças climáticas no país. A identificação dos técnicos, lacunas institucionais, ou organizacionais deve, idealmente, ser seguida por recomendações concretas e pragmáticas para melhorias. Links para sites ou outras fontes de informação também são úteis.

Um Mapa Institucional pode ser elaborado com base numa análise documental de documentos de política nacional, estratégias e relatórios de pesquisa sobre as mudanças climáticas. Relatórios específicos, tais como o Programa de Acção Nacional para a Adaptação (NAPA) e a Comunicação Nacional à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), são bons pontos de partida. A análise pode ser complementada através de entrevistas com actores que são capazes de confirmar, complementar e/ou corrigir a análise documental.

A *Caixa 3* fornece exemplos de ilustrações de instituições e outros intervenientes envolvidos nas mudanças climáticas no Malawi, Cabo Verde e Colômbia. A *Caixa 4* ilustra os recursos para criar tais ilustrações.

Etapa 2: Elaborar um Mapa Institucional

Objectivo: Fornecer um panorama dos diferentes intervenientes envolvidos nas mudanças climáticas a nível nacional. Inclui não apenas uma descrição das instituições e seus projectos, mas também a ligação e a colaboração entre eles

Pessoa responsável: Coordenador Nacional para as Mudanças Climáticas.

Nível de esforço: 4-5 dias para elaborar um documento de 12-15 páginas.

Tarefas envolvidas:

1. **Rever** as informações oficiais nacionais sobre as actividades relacionadas com as mudanças climáticas disponíveis nos ministérios, instituições nacionais, e agentes de desenvolvimento.
2. **Entrevistar** as principais instituições, para complementar e corroborar as informações.
3. **Escrever um relatório** que inclua:
   - Introdução às mudanças climáticas no contexto nacional.
   - Descrição dos quadros institucionais e de regulação, incluindo pontos fortes e fracos.
   - Lista de instituições e uma ilustração ou "mapa" das partes envolvidas nas mudanças climáticas, incluindo instituições nacionais (ministérios, comissões, associações, etc) da ONU, organizações bilaterais e multilaterais, ONGs e outras entidades. Deve descrever o papel, importância e influência de cada interveniente.
   - Lista e descrição de projectos e programas sobre mudanças climáticas, incluindo as instituições executoras.
   - Análise da capacidade institucional, tais como pontos fortes, lacunas e oportunidades (por exemplo, experiência em áreas técnicas/negociações, os deficits na partilha de conhecimentos, equipamentos físicos, fontes de financiamento, pesquisa e formação, legislação e fiscalização).
   - Análise da cooperação institucional e coordenação das intervenções, incluindo recomendações concretas e pontos de entrada eficazes para melhorar a integração dos riscos e oportunidades das mudanças climáticas.
   - Observações gerais e conclusões.
4. **Produzir um Sumário Executivo** (mesmo em estilo sinopse é um subproduto útil).

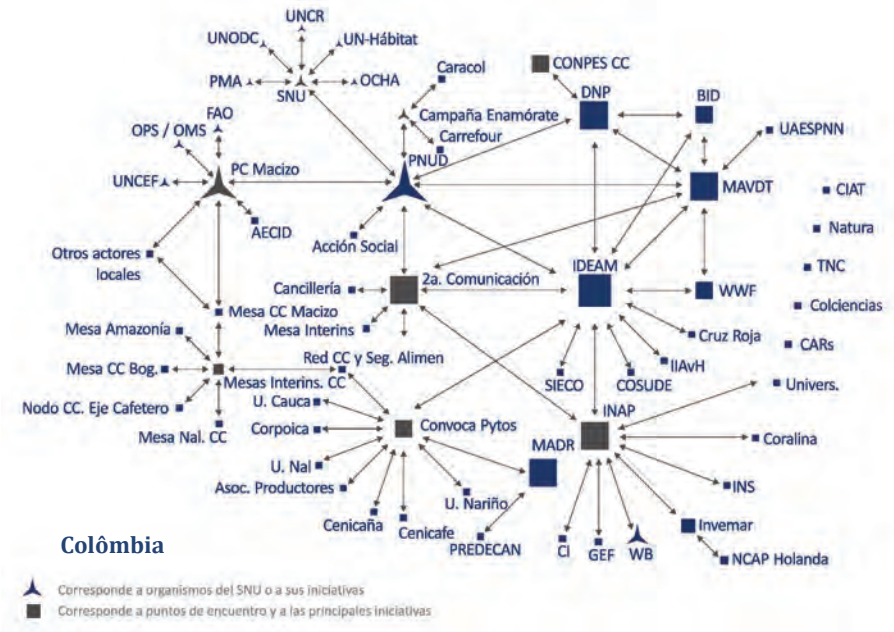
Caixa 3: Ilustrações de Mapas Institucionais

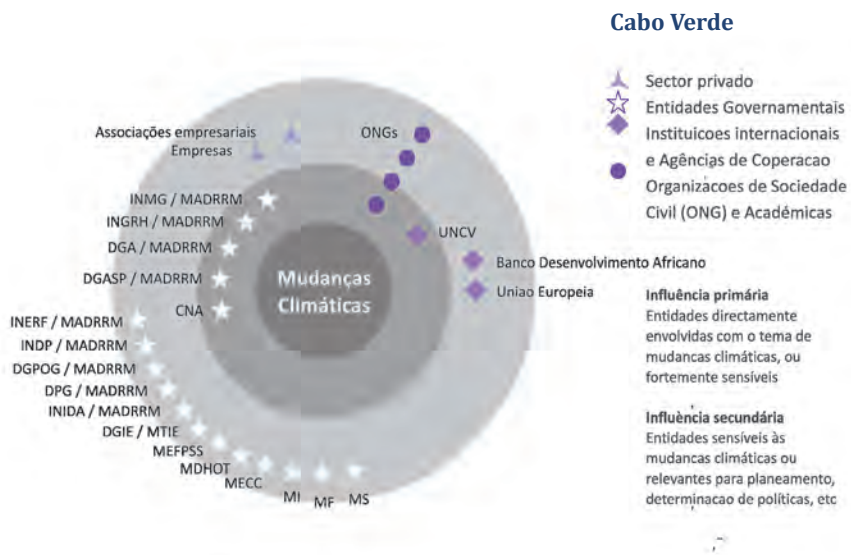
Não há nenhuma forma definitiva para "mapear" as relações entre as instituições, e muitas abordagens têm sido usadas dentro e fora do Projecto dos Riscos Climáticos.

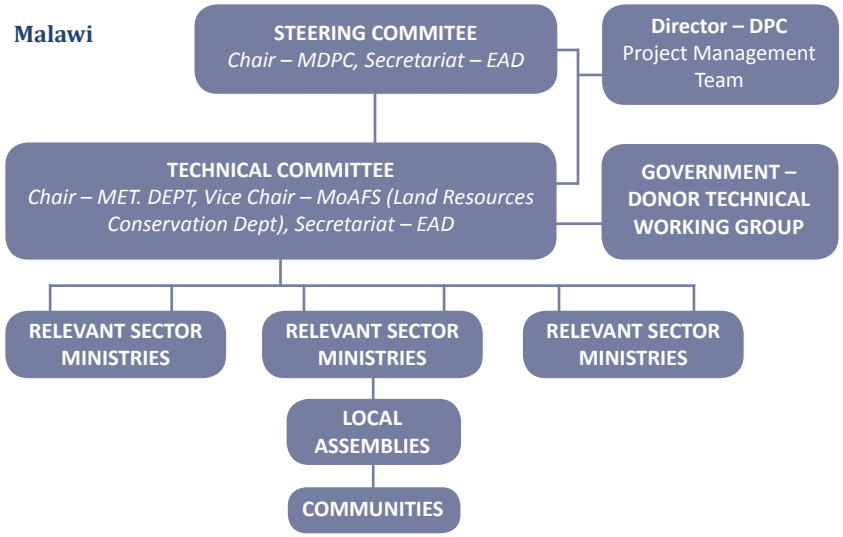
Em Cabo Verde, o Mapa Institucional (Santos 2010) (abaixo) destacou os principais intervenientes institucionais públicos, privados, e outros por sector, num gráfico em forma circular. Este esquematizou os intervenientes de acordo com a sua presumível influência primária ou secundária em assuntos ligados às mudanças climáticas no país.

A ilustração utilizada na Colômbia (Cardona 2009) (à direita, em cima) centrou-se na interligação entre os intervenientes. O tamanho dos triângulos (ONU) ou rectângulos (Governo) indica a importância ou influência da instituição (azul) ou iniciativa (vermelho) em relação à adaptação às mudanças climáticas.

Como um terceiro formato, foi previsto um organograma no relatório do Malawi (Jumbe 2009) (inferior direito).







Ideias de Trabalho 2

Qual é a instituição central das mudanças climáticas no seu país? Que outras organizações também têm um forte papel de apoio (existente ou potencial)?

Que capacidades poderão ser reforçadas nessas instituições?

Enumere alguns exemplos bem sucedidos de colaboração institucional. Como poderão a colaboração e coordenação ser reforçadas?

Caixa 4: Exemplos de Recursos para a Elaboração de um Mapa Institucional

Tipicamente, um Mapa Institucional será maioritariamente - e em alguns casos totalmente - baseado em texto. No entanto, projecções gráficas são úteis para rápida e facilmente mostrar as relações entre instituições e/ou intervenientes, as hierarquias, classificações e outras formas de informação. Conforme referido na *Caixa 3*, existem inúmeras formas de ilustrar mapas institucionais, dependendo da abordagem e da mensagem a ser transmitida.

Os exemplos na Caixa 3 aproveitam diferentes softwares que estão disponíveis na maioria dos computadores, ou que podem ser descarregados da internet. A seguir encontram-se alguns exemplos:

- **Office suites:** Software normalmente disponível na maioria dos computadores, tanto comerciais (ex.: Microsoft Office – http://office.microsoft.com) ou gratuitos (OpenOffice – www.openoffice.org), com aplicações para a elaboração de documentos e apresentações. Tem facilidades para o desenho de formas e barras de ligação que podem incluir texto, e vem preparado com modelos para a elaboração de organigramas, fluxogramas, e fluxos de processos que permitem a ilustração da maior parte das relações institucionais. Os exemplos de Mapa Institucional de Cabo Verde e Malawi, na Caixa 3 acima, foram criados com base neste simples software.
- **Análise de redes sociais:** Para mapeamentos mais complexos de diferentes entidades e pontos de decisão, o pacote UCINET (www.analytictech.com/ucinet/) pode ser adequado. Este software foi utilizado para a elaboração do Mapa Institucional da Colômbia, exemplificado na *Caixa 3*. Para além de descarregar e instalar este software comercial, é preciso algum tempo para aprender a utilizá-lo convenientemente.
- **Processadores visuais especializados:** Software tal como Smartdraw (www.smartdraw.com), CorelDraw (www.corel.com) e Adobe InDesign (www.adobe.com) podem ser úteis na criação de qualquer elemento gráfico ou visual. Embora tenham uma vasta gama de aplicações, os seus modelos e templates incluem árvores de decisão, organigramas, fluxogramas, gráficos causa-efeito, podendo todos ser ideais. Alguns destes programas poderão ter edições gratuitas de baixar e utilizar, embora com duração ou funções limitadas.
- **Mapa mental:** The Brain (www.thebrain.com/) é um software de descarregamento gratuito que ajuda a organizar e criar ligações entre ideias.

É importante primeiro ter clareza sobre o objectivo da representação visual para o mapa institucional, então, determinar se o software já disponível pode facilmente reflecti-lo; caso contrário, procurar outros pacotes de software, se necessário.

Etapa 3: Envolver as Partes Interessadas e seleccionar o Documento para a Avaliação dos Riscos e Oportunidades das Mudanças Climáticas

Em consonância com a própria política do PNUD sobre a integração das mudanças climáticas na ajuda ao desenvolvimento, estratégias, tais como o Quadro de Assistência das Nações Unidas ao Desenvolvimento (UNDAF), Programa Único (One UN), e Avaliações Nacionais Comuns são metas óbvias numa avaliação de riscos climáticos que podem afectar uma trajectória de desenvolvimento nacional. Da mesma forma, há um número equivalente de estratégias e planos nacionais de desenvolvimento que podem ser avaliados a nível governamental.

O exercício também pode concentrar-se em processos, políticas, estruturas, projectos, orçamentos e quaisquer outros documentos de programação. A identificação de um assunto adequado para a avaliação dos riscos e oportunidades das mudanças climáticas desempenha um grande papel no sucesso da avaliação e do exercício de integração como um todo. Um processo de consulta com os decisores e técnicos de diferentes entidades governamentais e agências da ONU deve orientar o processo de selecção, tendo em conta uma lista de factores (apresentada à direita desta página).

Um factor crucial para a selecção deve ser a vida ou ciclo do(s) documento(s). As partes interessadas devem considerar desde o início como e quando os resultados da avaliação de riscos climáticos poderão ser tidos em conta numa versão revista. O mesmo se aplica para o ciclo do "proprietário" do documento, seja ele uma instituição específica ou um grupo de organizações.

A quantidade de documentos seleccionados para uma avaliação de riscos climáticos terá um impacto sobre a profundeza dessas avaliações (pressupondo o mesmo orçamento e cronograma). No Projecto dos Riscos Climáticos, a Colômbia escolheu para análise 12 documentos de desenvolvimento; como resultado, as avaliações forneceram uma visão geral dos riscos e oportunidades em relação a cada documento, ao invés da avaliação detalhada, sobre um ou dois documentos específicos seleccionados nos restantes países-piloto.

A *Caixa 5* descreve os processos seguidos em Cabo Verde e em El Salvador na identificação de estratégias de desenvolvimento adequadas e documentos de programação. A *Caixa 6* reflecte a grande variedade de documentos que podem ser seleccionados para a avaliação dos riscos e oportunidades das mudanças climáticas.

Etapa 3: Seleccionar o Documento a ser Avaliado em Relação aos Riscos e Oportunidades das Mudanças Climáticas

Objectivo: Identificar o(s) documento(s) de desenvolvimento mais adequados para a realização de uma avaliação dos riscos e oportunidades das mudanças climáticas.

Pessoa Responsável: Ponto Focal do PNUD em concertação com a Equipa de Implementação e, se necessário, com os decisores políticos nacionais.

Nível de Esforço: Altamente dependente do contexto nacional.

Tarefas envolvidas:

1. Organizar um encontro com os intervenientes nacionais e da ONU para a identificação das duas ou três principais documentos de desenvolvimento nacionais ou das ONU que potencialmente poderiam ser analisados, com base nos seguintes factores:
   - Relevância para, e prioridade nos processos de desenvolvimento locais ou nacionais.
   - Sensibilidade das actividades dos documentos aos riscos climáticos; vulnerabilidade da população engajada nas questões dos riscos climáticos (em alguns casos, apenas algumas partes de um documento poderá ser relevante).
   - Forte envolvimento da instituição responsável pelo(s) documento(s) para se envolver nos processos de avaliação e de integração.
   - Adequação e oportunidade para influenciar o(s) documento(s) e/ou o processo de implementação (idealmente as recomendações são consideradas na revisão / finalização do documento).
2. O Especialista em Riscos das Mudanças Climáticas faz a revisão do documento, sugere um cronograma e um processo para a de avaliação e obtenção de contribuições da instituição, e, caso necessário, para a integração das mudanças climáticas no documento revisto.

Caixa 5: Selecção do Objecto de Avaliação Climática em Cabo Verde e El Salvador

Em **Cabo Verde**, o Ponto Focal Nacional do PNUD teve consultas com os representantes do Ministério visando a selecção de um documento adequado para a avaliação. Com base nas seguintes considerações, o Documento Estratégico 2008 sobre o Crescimento e Redução da Pobreza-II (DECRP-II) foi identificado como o documento mais relevante de desenvolvimento nacional:

- O DECRP-II analisou os sectores identificados como vulneráveis na Comunicação Nacional de Cabo Verde ao UNFCCC, nomeadamente, água, florestas, desenvolvimento costeiro, agricultura e pecuária.
- O DECRP-II estava previsto ser revisto no próximo ano para ajustar as prioridades do novo governo. Isso proporcionou uma oportunidade de influenciar o conteúdo do futuro DECRP, garantindo, portanto, que as considerações sobre as mudanças climáticas sejam integradas.
- As autoridades nacionais envolvidas no DECRP-II foram sensíveis à necessidade de integração das mudanças climáticas e mostraram-se disponíveis para colaborar com a Equipa de Implementação.
- O DECRP-II é o principal documento operacional a nível nacional. Desenvolvido pelo Governo na sequência de um processo participativo, foi então discutido com os parceiros de desenvolvimento bilaterais e multilaterais, orientando futuros Programas Indicativos de Cooperação.

Dada a extensão do documento, a Equipa de Implementação identificou os seguintes sectores do DECRP-II para avaliação, devido à sua especial sensibilidade às mudanças climáticas: o Turismo e o Sector Terciário, Desenvolvimento Rural Integrado, Urbanização e Requalificação Urbana, Estradas e Transportes Marítimos, Energia e Gestão Integrada dos Recursos Hídricos.

Em **El Salvador**, a Equipa de Implementação usou a ilustração do seu Mapa Institucional para identificar uma lista inicial de instituições que poderiam tornar-se parceiros no Projecto dos Riscos Climáticos. Assim, a equipa organizou um seminário e convidou técnicos e decisores de 16 dessas instituições. Numa única sessão, os participantes foram convidados a propor instituições e documentos que poderiam ser considerados para uma avaliação de riscos climáticos, e classificar a sua sugestão em relação aos critérios listados na caixa relativa à *Etapa 3*.

Em seguida, a Equipa de Implementação compilou a informação e rapidamente foi decido que a agência ambiental estatal *Fondo de la Iniciativa para las Americas*, El Salvador (FIAES) seria o parceiro ideal, já tendo demonstrado um grande interesse na matéria e com um Director Executivo competente. FIAES e a Equipa de Implementação concordaram que o documento que descrevesse as regras para apresentação de propostas de financiamento oferecia o maior potencial para influenciar uma ampla gama de projectos implementados em El Salvador.

Ideias de Trabalho 3

Para começar o processo de selecção, faça a lista de documentos que poderiam ser relevantes para uma avaliação dos riscos climáticos. Com esta lista inicial, veja os factores na *Caixa da Etapa 3* na página anterior para reduzi-la a um tamanho manuseável. Essa lista deve ser discutida com a ONU e entidades governamentais

Potenciais documentos	Importância relativa para o desenvolvimento nacional	Último ano de publicação	Ano previsto para revisão

** Consulte a Caixa 6 para obtenção de ideias sobre os tipos de documentos que podem ser relevantes.*

Que instituições já são bons candidatos a líder neste exercício?

_____

_____

_____

_____

_____

Caixa 6: Exemplos de Documentos Avaliados quanto aos Riscos e Oportunidades das Mudanças Climáticas

Além de avaliar o **UNDAF**, os países-piloto do Projecto dos Riscos Climáticos avaliaram uma vasta gama de políticas, planos e projectos. Os respectivos relatórios de avaliação e outros documentos afins podem ser encontrados no site do *ALM*.

Cabo Verde:

- O "Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza-II" (DECRP-II), concentrando-se em 10 sectores prioritários

Colômbia:

- Projecto "Objectivos Locais de Desenvolvimento do Milénio" (PNUD)
- Projecto "Capacitação para a Segurança Nutricional e Alimentar e na Colômbia" (FAO)
- Projecto "Estratégia Territorial para o Desenvolvimento e Paz - ArtRedes" (PNUD)
- Projecto "Capacitação para Projectos Alternativos de Desenvolvimento no âmbito de Programas Regionais Sustentáveis na Colômbia" (UNODC)
- Projecto "Capacitação do Desenvolvimento Territorial e Estratégia de Ambientes Saudáveis" (WHO/PAHO)
- Política e Estratégias Nacionais para a Consecução dos ODMs na Colômbia
- Política Nacional sobre a Rede de Protecção Social contra a Pobreza Extrema
- Política Nacional sobre a Segurança Alimentar e Nutricional (PSAN)
- Directrizes Nacionais para a formulação de uma Política Ambientalmente Saudável, incluindo a Qualidade do Ar, Qualidade da Água e Segurança Química
- Plano de Desenvolvimento para o Departamento de Cauca
- Plano de Desenvolvimento para a cidade de Bogotá

El Salvador:

- Programa intersectorial sobre a Segurança Alimentar e Nutricional em El Salvador (ISAN)
- As Normas de Elegibilidade para Financiamento para o Fondo de la Iniciativa para las Américas, El Salvador (FIAES)

Malawi:

- A Ampla abordagem do Sector Agrícola (ASWAp)
- A Estratégia de Crescimento e Desenvolvimento do Malawi (MGDS)

Nicarágua:

- O Plano Nacional de Desenvolvimento Humano (sobre cinco sectores)

A avaliação do projecto da FAO sobre a Segurança Alimentar e Nacional da Colômbia destacou a vulnerabilidade dos pequenos agricultores aos riscos climáticos. (Fotografia cortesia de Piedad Martin)

Etapa 4: Avaliar os Riscos e Oportunidades das Mudanças Climáticas

Existem diversas metodologias e ferramentas para avaliar os riscos das mudanças climáticas nos processos de desenvolvimento. A maioria é específica de agências e especializada em termos de audiência, alcance e objectivo. A variedade de metodologias disponíveis deve ser aproveitada para a obtenção do melhor método para o documento seleccionado e o objectivo preconizado.[2]

No Projecto dos Riscos Climáticos, o PNUD aplicou a sua proposta de directrizes genéricas *Quality Standards for the Integration of Adaptation to Climate Change into Development Programming* (2009) (doravante denominadas "Padrões de Qualidade do PNUD"). A ferramenta fornece uma abordagem analítica abrangente que pode ser aplicada a documentos de estratégia, programas, planos e políticas ou projectos, quer estes já existam ou estejam em progresso. Além disso, é aplicável às escalas nacional, regional ou local e pode ser utilizada por pessoal da ONU e do PNUD, por autoridades nacionais, ou outros parceiros de desenvolvimento.

Utilizando uma lista de questões, os Padrões de Qualidade do PNUD ajudam o utilizador a identificar os riscos climáticos, riscos de má adaptação, as oportunidades de adaptação, e medidas de para a integração adequada das considerações sobre as mudanças climáticas. A metodologia é baseada em quatro princípios ou padrões de qualidade:[3]

1. **Identificação dos Riscos das Mudanças Climáticas para Programas e Projectos**

   As componentes dos programas e dos projectos são avaliados para determinar se a sua viabilidade ou a sua sustentabilidade a longo prazo está ameaçada pelas mudanças climáticas. Isto envolve a identificação das componentes que são sensíveis ou vulneráveis às manifestações emergentes ou previstas das mudanças climáticas (por exemplo, mudanças nos eventos extremos, ou mudanças de longo prazo, das condições climáticas ou ambientais regulares)

2. **Identificação dos Riscos que Podem Resultar em Má-adaptação**

   Aumentos indesejados e imprevistos da vulnerabilidade podem surgir de actividades de projectos que não consideram mudanças das condições climáticas. As componentes dos programas e projectos são avaliados pelo seu potencial de aumento, a longo prazo, da vulnerabilidade ambiental ou social para as mudanças climáticas. Isso pode exigir uma avaliação transversal entre os sectores, porque as acções podem ser contraditórias entre si.

3. **Identificação de Oportunidades de Adaptação**

   As oportunidades de adaptação podem incluir pontos de entrada para: (i) facilitar a adaptação através de sinergias com as iniciativas existentes ou previstas, (ii) combinar a mitigação (redução das emissões de gases de efeito de estufa) e a adaptação, (iii) proporcionar benefícios adicionais de desenvolvimento, e/ou (iv) explorar alterações potencialmente benéficas das condições climáticas ou ambientais.

4. **Avaliação e Integração de Potenciais Medidas de Adaptação**

   Os criadores e gestores dos programas e projectos traduzem as oportunidades de adaptação identificadas em mudanças que podem ser transformadas em programa ou projecto. Estas medidas podem incluir a reavaliação dos objectivos e resultados esperados do programa ou do projecto, as alterações aos produtos e actividades, ou recomendações de política. As medidas de adaptação são avaliadas e priorizadas com base na viabilidade, eficácia e aceitabilidade, e, em seguida, integradas no programa ou projecto.

Os resultados da avaliação dos riscos climáticos são apresentados num relatório que destaca, ideias e recomendações viáveis e concretas de medidas para aumentar

[2] *Screening Tools and Guidelines to Support the Mainstreaming of Climate Change Adaptation into Development Assistance – A Stocktaking Report* (2010) de Olhoff e Schaer oferece um bom resumo e análise das principais ferramentas existentes.

[3] Os Padrões de Qualidade do PNUD estão em revisão com base na experiência do Projecto dos Riscos Climáticos. A versão revista estará disponível em 2012.

a adaptação e evitar a má adaptação. Quanto mais práticas as recomendações (incluindo, se possível, uma indicação dos custos implícitos), o mais provável será que as mesmas sejam claramente percebidas e integradas efectivamente.

As *Caixas de 7-9* fornecem exemplos de matrizes de resultado do Projecto dos Riscos Climáticos. Esse formato é útil para registar a análise, e como uma ferramenta de comunicação para os decisores e técnicos.

Uma atenção especial deve ser dada à análise sobre má adaptação. A avaliação dos riscos climáticos pode realmente identificar as actividades ou os objectivos que poderiam ser incompatíveis com a adaptação ou parecer inviáveis em futuros cenários climáticos. Por exemplo, os objectivos de aumentar significativamente empreendimentos turísticos num local que requer captação de águas subterrâneas podem ser incompatíveis com outros objectivos da política de promoção da irrigação para atingir auto-suficiência agrícola num cenário climático futuro que indica menos chuvas, menos humidade e temperaturas médias mais quentes. Embora tecnicamente a conclusão pode parecer simples, pode haver resistência a nível político na aceitação de escolhas difíceis.

Além disso, a Equipa de Implementação e os interessados devem estar cientes de que as acções ou políticas que reduzem a vulnerabilidade ou aumentam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas não podem ser alinhadas com os objectivos políticos ou estratégicos subjacentes. Pode haver implicações políticas para as medidas de adaptação/acções identificadas, para as recomendações fornecidas, e qualquer priorização de algumas medidas ou acções. Por exemplo, uma recomendação pode aconselhar a redução ou termo de uma actividade económica, que pode contrastar com uma política ou objectivo específico do governo. Embora a médio e longo prazo os benefícios sejam esperados, estes podem ser incompatíveis com a necessidade dos ciclos políticos de retorno imediato.

Etapa 4: Avaliar os Riscos e Oportunidades das Mudanças Climáticas

Objectivo: Realizar uma triagem de riscos de um programa, plano de desenvolvimento, estratégia, política da UNCT ou de governo.

Pessoal responsável: Especialista em Mudanças Climáticas.

Nível de esforço: 10 – 20 dias por documento.*

Tarefas envolvidas:

1. Avaliação de cada componente do documento seleccionado quanto aos riscos de mudanças climáticas, se possível usando os Padrões de Qualidade do PNUD. Na sua forma mais básica, o relatório de avaliação deve incluir os seguintes pontos:
   - Como e onde os riscos e as oportunidades já estão incorporados no documento, e propor melhorias, se necessário.
   - Riscos de má adaptação.
   - Oportunidades de adaptação.
   - Medidas de adaptação e/o pontos de entrada para melhor gerir os riscos/ oportunidades das mudanças climáticas, e priorizar as acções a implementar pela entidade nacional.
2. Obter reacção das partes no documento sobre as conclusões, potencialmente durante um workshop de capacitação e sensibilização.
3. Refinar as conclusões com esses comentários e finalizar o relatório.

Sinopse do Relatório sobre os Riscos e Oportunidades Climáticos:

Tendo em conta que o relatório deverá ser amplamente divulgado no seio das partes, seria útil incluir os seguintes capítulos:

- Sumário Executivo
- Enquadramento à avaliação dos riscos e oportunidades climáticos, incluindo a lógica de selecção do objecto de análise
- Abordagem metodológica (incluindo aos Padrões de Qualidade do PNUD)
- Resultados da avaliação dos riscos climáticos
- Recomendações e identificação das acções prioritárias
- Conclusões
- Referências / Siglas / Anexos

* O nível de esforço será maior para a primeira avaliação dos riscos climáticos e depois menor para as subsequentes. O tempo necessário dependerá também do documento seleccionado.

Caixa 7: Amostra da Avaliação de Riscos Climáticos: a Abordagem do Sector Agrícola do Malawi (ASWAp)

Em baixo encontra-se o exemplo da Avaliação dos Riscos Climáticos da Abordagem do Sector Agrícola (Linddal 2009), com área de enfoque a "Segurança Alimentar". Aqui, a Equipa de Implementação utilizou uma matriz simples para destacar os riscos e as oportunidades para cada componente.

Componentes da área	Riscos de mudanças climáticas	Oportunidades de adaptação
1.1 Auto-suficiência do milho através do aumento de produtividade e diminuição de perdas pós colheita	Consequência directa na produção de sequeiro do milho e distribuição. Risco de má-adaptação se os riscos de monoculturas não forem ponderados.	Aumento da segurança alimentar através de: promoção da diversificação das culturas; culturas tolerantes à seca; variação genética; sistema de alertas prévias em relação a condições meteorológicas e pragas; levantamento de dados.
1.2 Diversificação da produção de alimentos e diversificação alimentar para melhorar a nutrição a nível doméstico, com foco em Culturas, Pecuária e Pescas	Potenciais riscos directos sobre toda a produção agrícola resultantes de eventos climáticos extremos.	Aumento da segurança alimentar e distribuição do risco de culturas através da diversificação.
1.3 Gestão de riscos para a estabilidade alimentar a nível for nacional	Riscos resultante da seca e disponibilidade insuficiente de alimentos (produção e distribuição).	A gestão de riscos deve incluir: variabilidade climática e mudanças climáticas; melhoria da segurança alimentar; seguro de risco climático (que foi tentado com o índice de clima no Malawi, mas até agora falhou).

Medidas de adaptação do ASWAp do Malawi:

- **Desenvolver cenários de projecção de mudanças climáticas** para o sector da agricultura no Malawi, depois de recolha sistemática de informações sobre a variabilidade climática actual. Isso pode melhorar a percepção sobre as relações entre a variabilidade climática e produção agrícola.

- **Apoiar a pesquisa sobre factores de vulnerabilidade às mudanças climáticas**, o que pode melhorar a tomada de decisões, tanto a nível familiar como nacional, especialmente no que diz respeito à sua necessidade e capacidade para medidas de adaptação.

- **Avaliar as mudanças climáticas, em combinação com outros factores de pressão** para mapear a vulnerabilidade às mudanças climáticas. Os impactos das mudanças climáticas, em combinação com o uso da terra insustentável com uma prevalência de VIH/SIDA na população poderão comprometer os objectivos do ASWAp. Tal exercício de mapeamento sublinharia o papel das mudanças climáticas como um amplificador de risco e poderia orientar a identificação de medidas de adaptação relevantes.

- **Estimular a capacitação** para a integração os riscos das mudanças climáticas e adaptação nos programas de desenvolvimento.

- **Explorar as opções de fundos adicionais para a adaptação climática**. Embora quase metade do financiamento do ASWAp esteja garantida, não há menção de meios suplementares de financiamento, embora já haja interesse da comunidade doadora (ex.: BAD).

- **O apoio a sistemas de alerta precoce** poderá ser importante para o sector agrícola. Isso inclui não apenas maior desenvolvimento das previsões sazonais em curso (principalmente da precipitação) mas também alerta precoce localizado para o tempo e pragas influenciadas por varáveis climáticas. Alguns desses alertas precoces e recolha de dados poderiam envolver as comunidades, ex: através de escolas agrícolas.

Caixa 8: Amostra da Avaliação de Riscos Climáticos: o DECRP de Cabo Verde

A avaliação dos riscos climáticos do DECRP do Sector do Turismo de Cabo Verde (Santos 2010) também fornece uma vasta informação sobre os tipos de riscos das mudanças e oportunidades climáticas. Como em outros casos, os subtópicos foram seleccionados entre as listas extensas de questões sugeridas nos Padrões de Qualidade do PNUD. O turismo é actualmente, e deverá manter-se, o motor da economia. Um desafio importante para Cabo Verde é aumentar a competitividade internacional do seu turismo, promovendo o desenvolvimento de ofertas turísticas integradas de alta qualidade.

Riscos de Mudanças Climáticas	Oportunidades de Adaptação
Sensibilidade A zona costeira é a área preferida para o desenvolvimento do turismo, embora seja altamente sensível aos impactos relacionados com o clima. O DECRP-II reconhece que o crescimento do turismo trará desafios de infra-estrutura no que diz respeito ao fornecimento de água, energia e saneamento, mas não faz referência aos impactos das mudanças climáticas. O DECRP-II enumera vantagens económicas de desenvolvimento do turismo em larga escala oferecendo pacotes de serviços aos clientes com poder de compra. No entanto, a perspectiva de novos empreendimentos de lazer, como campos de golfe, pode exacerbar recursos e causar conflitos com outros potenciais utilizadores.	**Viabilidade** O objectivo do DECRP-II em relação aos turistas que entrarão em Cabo Verde em 2011 é 460 000. Isto representa um crescimento de 31% em 4 anos, e um aumento de 217% desde 2000. Para sustentar este nível de crescimento do número de turistas com o consequente aumento do uso de recursos (energia e água, por exemplo) exige a priorização de recursos para este sector em detrimento de outros. O pretendido aumento de investimentos no sector do turismo (20%/ano entre 2008 e 2011) pode, a longo prazo, não resultar em mais e melhores empreendimentos turísticos, mas reflectir o aumento dos custos de restauração, manutenção e adaptação para este sector económico. As metas de crescimento de longo prazo para o sector do turismo podem ser garantidas através de: - Revisão e aplicação estrita da regulamentação de planeamento, de modo a aumentar a área costeira e proibir empreendimentos em áreas de alto risco. - Medidas de dissuasão relativas a empreendimentos turísticos com uso intensivo de recursos. - Exigência de tecnologias rentáveis para a eficiência na utilização de água e energia.
Perigos climáticos Os perigos climáticos para o turismo costeiro incluem tempestades tropicais e o aumento da frequência de eventos climáticos extremos, como inundações e chuvas torrenciais, que podem causar erosão agravada do substrato. Ao longo de um período substancial de tempo são previstas a subida do nível do mar extremo, as marés altas extremas e aumento da gravidade da acção das ondas.	**Redução da vulnerabilidade** **Infra-estrutura** - Garantir que as licenças de planeamento tenham em consideração a sensibilidade relacionada com o clima e os potenciais riscos climáticos. Por exemplo, evitar a construção em baixas costeiras e assegurar edifícios capazes de suportar eventos climáticos mais intensos e frequentes. - Diminuir as necessidades em recursos através medidas de eficiência hídrica e energética (por exemplo, re-utilização da "água cinzenta" para outras utilizações. **Actividades/ Comportamento** - Desenvolver actividades turísticas que aproveitem os recursos localmente disponíveis (por exemplo, turismo, cultura, desporto aquático) em oposição a actividades como golfe, que requerem o uso intensivo de recursos pouco disponíveis (água, combustíveis, fertilizantes, pesticidas), que podem tornar o sector turístico pouco competitivo. - Sensibilizar os turistas sobre boas práticas de conservação da água e energia, enquanto desfrutam da cortesia cabo-verdiana.
Riscos As infra-estruturas turísticas, em áreas costeiras baixas, em particular, correm riscos de dano gradual através da erosão e subida do nível do mar. Eventos extremos podem causar danos ao acesso a estradas, edifícios, equipamentos e comodidades. Os impactos climáticos acarretam vários riscos indirectos para o turismo, tais como manutenção frequente e reparação de edifícios, portos e outras instalações de lazer e aumento dos preços de energia e água. Os prémios dos seguros, provavelmente, aumentarão.	**Evitar a má adaptação** As medidas identificadas acima não são susceptíveis de encorajar "falhados" com a sua implementação. Pelo contrário, direccionar as actividades de turísticas para recursos naturais local ou regionalmente abundantes, provavelmente, criará valor económico acrescentado, estimulando outros sectores, tais como ofertas culturais, desporto aquático, catering. As medidas acima identificadas são rentáveis e conservadoras, mesmo na ausência de efeitos de mudanças climáticas agravadas. Bem implementadas, essas medidas devem proporcionar um sector económico mais competitivo em qualquer cenário de possíveis mudanças climáticas.

Caixa 9: Amostra da Avaliação de Riscos Climáticos: o UNDAF de El Salvador

O capítulo sobre a Melhoria dos Serviços Sociais Básicos do UNDAF 2007-2011 de El Salvador foi analisado em relação a sete questões da avaliaçao (Gutierrez e Cigarán 2009).

RISCOS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

1. São os efeitos das mudanças climáticas (MC) explicitamente referidos nos Resultados Esperados deste UNDAF?
O documento não faz qualquer referência a riscos climáticos, MC ou eventos extremos.

2. Que riscos climáticos são relevantes para atingir os Resultados Esperados?
As ameaças de MC incluem variações de temperatura, aumento da intensidade e/ou frequência de eventos climáticos extremos, e stress climático geral. Estes eventos climáticos agravarão casos de doenças (ex: a malária, diarreia e dengue) com consequências significativas sobre o crescimento económico, no desenvolvimento social, e na segurança. Da mesma forma as MC afectarão negativamente a subsistência das pessoas mais pobres em termos de saúde, acesso à água, habitação e infra-estrutura.

3. Existem riscos de má-adaptação?
Sim, se a construção de infra-estruturas para o fornecimento dos serviços básicos são vulneráveis à variabilidade climática e MC, ou se a vulnerabilidade a MC aumenta geograficamente (por exemplo, quando as pessoas ocupam áreas de risco, como margens de rios com fluxos e níveis de água flutuantes).

MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO E OPORTUNIDADES

4.Que alterações podem ser feitas para atingir os Resultados Esperados? Que medidas de adaptação podem apoiar a reduzir a vulnerabilidades às MC?

- As ameaças impostas pelas MC podem ser integradas no conceito de vulnerabilidade.
- Priorizar as medidas de prevenção e a gestão dos riscos climáticos para os grupos altamente vulneráveis.
- Reforçar capacidades e sensibilizar os representantes nacionais e locais que trabalham na prestação dos serviços sociais básicos.
- Fornecer recursos adicionais aos sistemas de saúde, melhorar o acompanhamento e controlo das doenças agravadas pelas MC, e melhorar a infra-estrutura hospitalar para acomodar um nº crescente de emergências decorrentes de eventos climáticos extremos.

5. As medidas são benéficas, independentemente das MC? ("sem arrependimentos")
Sim, uma vez que no geral essas medidas e actividades promovem o desenvolvimento sustentável.

6. Existem oportunidades que encorajam a adaptação às MC? (que sejam resultado directo de MC, sinergias com outros projectos, ligações à mitigação)
Oportunidades e sinergias possíveis existem no seio do Fondo de Inversión Social para el Desarrollo Local. Além disso, a zona costeira Bajo Lempa - frequentemente afectada por marés altas, inundações e furacões - é alvo de vários projectos sociais relativos à gestão de riscos e ao desenvolvimento de sistemas de alerta precoce.

7.Quais são as medidas de adaptação prioritárias?
Integração do tema das ameaças de MC no conceito de vulnerabilidade e definição dos grupos e populações mais vulneráveis. As MC devem ser a prioridade máxima na agenda nacional.

Ideias de Trabalho 4

Utilize a seguinte matriz para avaliar os riscos de mudanças climáticas e oportunidades, relativos ao seu documento de desenvolvimento seleccionado:

Componentes do programa	Riscos de mudanças climáticas	Oportunidades de adaptação

Etapa 5: Desenvolver Capacidades das Partes Interessadas

Capacitação é parte essencial do processo de integração. No Projecto dos Riscos Climáticos, o processo de capacitação incluía workshops em cada um dos países participantes, consultas individuais e apoio mais contextualizado à integração sempre que solicitado. Esta secção aborda sobretudo a organização de workshops. Consultas individuais constituíram parte integrante de cada etapa do processo e consequentemente são referidas ao longo deste Guia. Apoio dedicado à integração das mudanças climáticas é descrito na Etapa 6.

O workshop é um importante evento do Projecto, pois proporciona a oportunidade de informar os intervenientes envolvidos na preparação, implementação e monitorização do plano ou estratégia de desenvolvimento seleccionado sobre a questão das mudanças climáticas, seus impactos e as oportunidades de adaptação, recebendo, ao mesmo tempo, feedback dos participantes. Entretanto, também reforça a cooperação inter-institucional, que é essencial para a efectiva tomada de decisão sobre as mudanças climáticas. O evento pode cumprir os seguintes objectivos:

- Melhorar a percepção dos participantes sobre os conceitos de mudanças climáticas e sobre os cenários específicos do país.
- Apresentar o resumo dos resultados do Perfil Climático do País.
- Apresentar a metodologia de avaliação dos riscos climáticos.
- Partilhar e validar as propostas de resultados da avaliação dos riscos climáticos.
- Melhorar a capacidade dos participantes de identificar os riscos e oportunidades das mudanças climáticas, assim como as medidas de adaptação.
- Sensibilizar as autoridades nacionais sobre a importância de integração das mudanças climáticas nos processos de desenvolvimento.
- Estimular a cooperação inter-institucional através da troca de ferramentas, dados e experiência.
- Identificar outros documentos, projectos e programas que são alvo de avaliação de risco climático e priorizá-los.

A agenda específica deve ser criada em colaboração com os principais intervenientes, para reflectir o contexto nacional, bem como os objectivos acordados, de modo que possa ser um catalisador para a definição de prioridades nacionais e da integração das mudanças climáticas. A agenda também deve ter em conta a duração do evento e o nível de participação (maior e generalizada, ou mais focalizada e técnica).

As sessões que incidem especificamente sobre exercícios práticos são sempre mais populares nos workshops. Nestas sessões, os participantes discutem em grupos os principais conceitos de mudanças climáticas e passam para um estudo de caso para avaliar os eventos previsíveis da alteração climática, os riscos para a subsistência, e as medidas de adaptação numa determinada comunidade. Tais exercícios permitem uma integração real do material apresentado, bem como que os participantes troquem e reflictam sobre as suas próprias experiências. Para ver um exemplo desse tipo de exercício, queira visitar a página do Projecto de Malawi no ALM.

A *Caixa 10* descreve os *workshops* que foram organizados na Colômbia. A *Caixa 11* reflecte um exemplo de um workshop de um dia e meio, que foi organizado em Cabo Verde.

Etapa 5: Desenvolver Capacidades das Partes Interessadas

Objectivo: Organizar um workshop para capacitar os intervenientes para a avaliação e gestão dos riscos e oportunidades das mudanças climáticas.

Pessoa responsável: Coordenador das mudanças climáticas, com o apoio da Equipa de Implementação e envolvimento de instituições nacionais.

Duração do Workshop: 1-2 dias.

Tarefas envolvidas:

1. Envolver as principais instituições nacionais.
2. Considerar fazer um levantamento das necessidades de capacitação no início do processo para identificar lacunas, estabelecer pontos de partida para o futuro seguimento e avaliação, e promover a aprendizagem e reforço institucional.
3. Estabelecer os objectivos e agenda do workshop, e identificar as instituições nacionais que podem comandar. Algumas sessões utilizadas no Projecto dos Riscos Climáticos:

   a. Introdução dos principais termos e conceitos de mudanças climáticas (ver Capítulo 2).

   b. Sinopse dos dados e projecções climáticos históricos do país/região (melhor apresentados por pessoal técnico do instituto da meteorologia).

   c. Um exercício de grupo para testar a compreensão sobre os conceitos de mudanças climáticas. Os participantes adaptam os dados de referência sobre mudanças climáticas a um estudo de caso nacional real e é-lhes pedido que analisem a vulnerabilidade das mudanças climáticas e adaptação. Por exemplo, as discussões poderão concentrar-se na identificação de:

      (i) Vulnerabilidades pré-existentes,
      (ii) Riscos directos e indirectos,
      (iii) Factores que aumentam a vulnerabilidade,
      (iv) Camadas da população que podem ser afectadas por as mudanças climáticas e variabilidade climática,
      (v) Principais sectores particularmente sensíveis às mudanças climáticas,
      (vi) Factores que determinam a capacidade de adaptação,
      (vii) Medidas tradicionais de lidar com a variabilidade climática, e/ou
      (viii) Constrangimentos à adaptação às mudanças climáticas.

   d. Realizar um exercício de grupo para aprofundar a compreensão dos impactos das mudanças climáticas num determinado sector relevante para o país. Nos grupos de discussão como o referido acima, os participantes primeiro lêem um capítulo de um plano nacional de desenvolvimento, política ou projecto relativo a um sector altamente prioritário (ex.: turismo). Usando uma matriz de resultados semelhante à apresentada no Etapa 4, os participantes são então convidados a identificar:

      (i) Riscos climáticos que poderão afectar atingir os objectivos referidos,
      (ii) Riscos de má-adaptação como resultado do plano, política ou projecto,
      (iii) Medidas de adaptação que podem ser implementadas para garantir que os objectivos sejam alcançados, e
      (iv) Oportunidades existentes para apoiar a implementação de tais medidas de adaptação.

   e. Realizar uma sessão dedicada ao avanço de um determinado contexto nacional, ex.: o reforço da colaboração institucional, para mapear competências institucionais, acordar sobre intervenções prioritárias nacionais, identificar contribuições para um plano de acção nacional de integração das mudanças climáticas nos planos e programas de desenvolvimento.

4. Elaboração dos materiais do *workshop*: apresentações, exercícios, documentos, e dispositivos de memória USB.
5. Angariar apoio logístico, se necessário, para garantir que:

   a. Seja alugado um local adequado (aquele que tenha lugares suficientes, espaço para discussão simultânea em grupo, e tenha acesso ao ar livre durante os intervalos).

   b. Haja serviço de catering apropriado (refeições leves, lanches).

   c. Seja alugado o equipamento necessário (computador portátil, projector, microfone, *flip charts*, fita-cola para afixar os resultados de grupos de trabalho nas paredes para referência futura).

6. Convidar altos funcionários para fazer a abertura e encerramento.

É importante envolver os intervenientes nacionais na preparação e realização de workshops e garantir que os objectivos do evento atendem às necessidades do público. (Fotografia cortesia de Piedad Martín)

Caixa 11: Agenda do Workshop de Cabo Verde sobre Avaliação das Mudanças Climáticas

Em Cabo Verde, o seminário e Workshop de dia e meio, seguiram a seguinte agenda:

Dia 1

Com a presença de altos funcionários

09:00 – 09:30	Notas de abertura/boas-vindas e agenda do workshop
09:30 – 09:50	O Projecto de Riscos Climáticos
09:50 – 10:10	Conceitos e termos de mudanças climáticas
10:10 – 10:40	Clima de Cabo Verde e projecções para o futuro
10:40 – 11:00	Pausa para café
11:00 – 11:15	Breve contextualização do DECRP-II (apresentado por membro de entidade nacional directamente envolvida na revisão do DECRP).
11:15 – 12:15	Apresentação sumária dos resultados da avaliação dos riscos climáticos
12:15 – 12:45	Sessão de perguntas & respostas, e resumo da sessão de manhã
12:45 – 14:00	Almoço

***Workshop* Integração do Conceito de Mudanças Climáticas**

14:00 – 14:10	Agenda e objectivos da sessão da tarde
14:10 – 15:40	*Exercício de Grupo: "Conceitos" + Discussão plenária?
15:40 – 16:00	Metodologia de avaliação de riscos climáticos (Padrões de Qualidade da PNUD)
16:00 – 16:10	Pausa para café
16:10 – 17:10	* Exercício de grupo: "Impactos das mudanças climáticas nos sectores seleccionados" + Discussão plenária

Dia 2

Resposta às Mudanças Climáticas em Cabo Verde

09:30 – 09:40	Agenda e objectivos da sessão de manhã
09:40 – 10.30	Principais conclusões da avaliação da cooperação para o desenvolvimento
10:30 – 11:00	*Exercício plenário: "Mapeamento de especialistas e de recursos sobre questões ligadas às mudanças climáticas "
11:15 – 11:30	Pausa para café
11:30 – 12:15	* Discussão plenária: "Priorização das questões sobre mudanças climáticas a nível nacional"
12:15 – 12:30	Comentários finais e avaliação do workshop
12:30	Almoço

Caixa 10: Semana Climática na Colômbia

Para envolver os intervenientes que participaram nos inúmeros documentos avaliados no âmbito do Projecto dos Riscos Climáticos da Colômbia, três diferentes eventos foram organizados ao longo de quatro dias:

- "Curso de Formação sobre a Integração dos Riscos Climáticos". Envolveu 16 pessoas de 10 organizações da ONU e 14 funcionários públicos de 11 entidades nacionais.
- "Workshop de Discussão sobre os Resultados dos Riscos e Oportunidades das Mudanças Climáticas Identificadas no UNDAF", onde representantes de alto nível da ONU discutiram os resultados até agora obtidos e os próximos passos.
- "Diálogo Nacional: Luta Contra a Pobreza e Adaptação às Mudanças Climáticas". Este evento reuniu 80 indivíduos, dois terços dos quais eram de entidades nacionais, para discutir quatro áreas altamente vulneráveis às mudanças climáticas na Colômbia.

O evento Diálogo Nacional foi organizado pelo PNUD com o apoio do Departamento de Planeamento Nacional, do Ministério do Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Territorial, e do Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais. Foi realizado em Bogotá, e recebeu atenção da comunicação social e *blogs online*.

Participantes da UNCT do El Salvador durante o workshop avaliam os riscos climáticos que poderão ameaçar a concretização dos Resultados Esperados no âmbito do UNDAF. (Fotografia cortesia de Sérgio Teixeira Santos)

Etapa 6: Integrar as Mudanças Climáticas no Documento Revisto

Com base nas recomendações feitas na avaliação dos riscos e oportunidades das mudanças climáticas, a próxima etapa consiste em integrar estas considerações no(s) documento(s) escolhido(s), projecto(s) ou programa(s). Se tal integração for possível (e, em caso afirmativo, como isso pode ser feito) é necessariamente uma situação sensível. Vários factores são importantes considerar, incluindo: as características do(s) documento(s) seleccionado(s), as instituições envolvidas, o tempo, o grau de envolvimento, interesse e priorização pelos decisores, e a eficácia e viabilidade das recomendações a serem integradas.

O sucesso do esforço da integração climática pode ser melhorado, tendo as seguintes lições em consideração:

- O processo, incluindo a Etapa 5, deve ser o mais participativo possível, envolvendo os intervenientes directos nos comentários para além dos ”donos” institucionais mais directos do documento e a Equipa de Implementação.
- Tanto os intervenientes como a Equipa de Implementação envolvida no esforço de integração devem ter um mandato claro e sentido de prioridade por parte dos altos funcionários governamentais. Deve haver uma indicação do tempo e recursos disponíveis para realizar o trabalho.
- A Equipa de Implementação deve estar disponível para apoiar os intervenientes durante todo o processo.
- Se for identificado como um requisito, ou especificamente solicitado, a Equipa de Implementação pode precisar considerar a capacitação/formação concentrada dos actores envolvidos no processo de integração. Isso permitiria aos actores oferecer tudo, desde apoio geral a respostas de questões detalhadas.

A *Caixa 12* apresenta o caso do *Fondo de la Iniciativa para las Américas de El Salvador* (FIAES) para ilustrar como as considerações sobre as mudanças climáticas podem ser integradas num documento de programação.

Etapa 6: Integrar as Mudanças Climáticas no Documento Revisto

Objectivo: Integrar as respostas prioritárias de adaptação às mudanças climáticas no documento de desenvolvimento seleccionado, para reduzir os riscos e aproveitar as potenciais oportunidades.

Pessoa responsável: O processo será conduzido por um membro da Equipa de Implementação com o apoio de outros, conforme o caso e acordados pelos intervenientes. Os actores nacionais fazer parte.

Processo envolvido:

Nas fases iniciais do processo, a Equipa de Implementação e os intervenientes terão decidido se o objectivo do processo é uma avaliação dos riscos climáticos na forma de um relatório, ou se será adequado rever o documento para incluir as preocupações relativas às mudanças climáticas.

O esforço de integração pode ser realizado de duas formas:

- No modo "activo", a Equipa de Implementação e as partes (tanto as autoridades nacionais como os membros da UNCT) estão envolvidos num processo através de um grupo técnico ou uma série de reuniões focalizadas na integração das recomendações no respectivo documento. Neste caso, a Equipa de Implementação detém o papel de facilitador no processo.
- No modo "passivo", a avaliação de riscos climáticos é completado externamente e submetido aos intervenientes ou aos "proprietários" do documento para a integração através dos seus próprios processos. Neste caso, a Equipa de Implementação fornece o apoio técnico e fica disponível para esse apoio, ou resposta às consultas.

Na maioria dos casos, o contexto e a duração do processo ditam se será ou não possível apoiar um exercício "activo" de integração.

É fundamental seguir e estar ciente dos sinais enviados pela instituição parceira, em relação ao facto de os mesmos constituírem ou não uma correspondência em termos de tempo e recursos.

O objectivo do processo descrito aqui é reforçar a capacidade do governo nacional e dos intervenientes da ONU para avaliar e gerir os riscos e oportunidades que as mudanças climáticas podem representar para o desenvolvimento. Portanto, o caminho "activo" da avaliação e da integração das mudanças climáticas em colaboração com as partes do documento seleccionado resultará numa maior capacitação a longo prazo.

Caixa 12: Integração das Mudanças Climáticas no *Fondo de la Iniciativa para las Américas de El Salvador* (FIAES), Normas de Elegibilidade para Financiamento

O *Fondo de la Iniciativa para las Américas de El Salvado*r (FIAES) financia projectos que se enquadram em quatro Áreas Estratégicas: 1) Gestão de Ecosistemas, 2) Gestão Territorial, 3) Prevenção e Controlo da Poluição e 4) Energias Renováveis.

Como parte de um processo de concurso público, os projectos submetidos por ONGs, associações de desenvolvimento comunitário, e outras associações locais competem anualmente para financiamentos do FIAES (100.000 USD por projecto). As propostas devem ser apresentadas de acordo com directrizes específicas estabelecidas nas suas Normas de Elegibilidade para Financiamento. Todos os anos, o FIAES investe uma média de 3,5 milhões de USD no desenvolvimento da comunidade salvadorenha e de projectos ambientais. A *Caixa 2* explica como o FIAES se tornou um parceiro do Projecto dos Riscos Climáticos em El Salvador.

Abordagem metodológica

Foi identificada uma forte equipa técnica no seio do FIAES, que era composta pelo seu Director Geral e Directores de Projecto, para além de um representante da Unidade das Mudanças Climáticas do Ministério do Ambiente e dos Recurso Naturais (MARN). O Director Geral comprometeu-se a disponibilizar a equipa técnica para 10 reuniões de meio-dia, durante seis meses.

Primeiro, a equipa técnica, com o apoio da Equipa de Implementação, identificou os principais pontos de entrada para a integração das mudanças climáticas.

Segundo, os intervenientes realizaram uma avaliação dos riscos e oportunidades climáticos para cada Área Estratégica, utilizando as quatro seguintes questões, com base nas Padrões de Qualidade do PNUD:

Riscos das Mudanças Climáticas	1) Existe perigo de os objectivos da Área Estratégica não serem atingidos devido aos riscos das mudanças climáticas actuais e futuras? 2) As actividades elegíveis no quadro desta Área estratégica correm o risco de má adaptação?
Medidas de Adaptação	3) Que alterações podem ser introduzidas para garantir a consecução dos objectivos da Área Estratégica? 4) Que medidas de adaptação poderão reduzir a vulnerabilidade?

Terceiro, a equipa técnica procedeu à actualização e revisão das Normas de Elegibilidade para Financiamento com base em decisões tomadas como parte do Projecto dos Riscos Climáticos. Isso permitiu a integração completa e atempada das recomendações no novo processo de concurso a ser lançado.

Resultados do esforço de integração

- **Mudanças climáticas integradas nas Áreas Estratégicas do FIAES:** As actividades susceptíveis de conduzir a má adaptação foram identificadas e eliminadas. Foram adicionadas novas actividades elegíveis que contribuíram para maior capacidade de adaptação, por exemplo, a pesquisa para reduzir a vulnerabilidade climática e melhorar a capacidade de adaptação.
- **Um novo princípio transversal sobre as mudanças climáticas foi acrescentado:** A "Gestão dos Riscos Socio-ambientais e Adaptação às Mudanças Climáticas" apoia actividades que reforçam a capacidade de resistência social e ecológica de comunidades, beneficiando, em especial: mulheres, crianças e aqueles que lutam contra a pobreza e outras vulnerabilidades
- **Recolha de dados climáticos e ambientais acrescentada:** Como parte dos requisitos de diagnóstico do FIAES para cada projecto, todas as entidades de execução são agora obrigadas a compilar e apresentar dados climáticos e ambientais. Os projectos também contribuem para o conjunto de conhecimentos disponível sobre as mudanças climáticas e seus impactos.
- **Priorização dos locais do projecto actualizada para incluir as variáveis das mudanças climáticas:** As actividades de adaptação em pontos altamente vulneráveis (por exemplo, áreas de conservação costeiras e marinhas) são agora prioridade.

Dois meses após a conclusão dos trabalhos pela equipa de integração, as novas Normas de Elegibilidade para Financiamento 2010 do FIAES revistas foram disponibilizadas ao público, em que ambas as preocupações da mudança climática e de uma nova visão e estratégia do Ministério foram devidamente integradas. Foram seleccionados e financiados 40 projectos em resultado do concurso de 2010. Está actualmente em curso uma revisão desses projectos para avaliar o nível de inclusão das preocupações das mudanças climáticas e dos seus potenciais impactos sobre a vulnerabilidade e adaptação de El Salvador.

Principais lições

- A realização da avaliação dos riscos climáticos e a integração do processo com a instituição implementação requer esforços contínuos e específicos, de modo a reforçar a capacidade dos indivíduos envolvidos. Esse esforço também atribui responsabilidades à troca de informações bem-sucedida entre a Equipa de Implementação e as partes interessadas.
- Um processo de integração "activo" requer mais tempo, trabalho e recursos técnicos da instituição envolvida, mas é também altamente gratificante e representa um investimento de longo prazo na capacidade dos quadros para apoiar o trabalho.

5. Lições Aprendidas e Conclusões

construir contexto estudos de caso melhores práticas

Há uma necessidade urgente de reforçar a capacidade da ONU e a dos intervenientes públicos nacionais sobre os riscos e oportunidades das mudanças climáticas, e de lhes facilitar o conhecimento necessário, permitindo-lhes gerir esses riscos.

Os participantes do *workshop* em todos os cinco países sublinharam a necessidade de ter estudos de caso para servir de base, de modo a beneficiar das experiências e das lições aprendidas com o pessoal técnico que tem apoiado os esforços de integração. O presente documento estabelece as bases para a realização desse trabalho, destacando as etapas críticas a seguir, e partilha as melhores práticas.

O processo básico de seis etapas descritas aqui surgiu a partir das experiências dos cinco países-piloto. Embora um pouco variada em sequência e âmbito, a abordagem foi muito bem sucedida na produção de valiosas avaliações técnicas do clima, na capacitação dos actores, e no lançamento das bases para um impacto duradouro em cada um dos países.

Algumas lições finais que podem ser partilhadas com aqueles que gostariam de multiplicar esse processo ou partes dele são abaixo indicadas:

- **PROMOÇÃO *("CHAMPION")*:** A necessidade subjacente de uma parceria com uma instituição que esteja totalmente dedicada ao exercício, e já esteja convencida da necessidade de integrar as mudanças climáticas nas suas estratégias de programação, não pode ser exagerada. É fundamental que haja um engajamento empenhado entre a Equipa de Implementação e a instituição das partes interessadas
- **TEMPORIZAÇÃO:** As actividades descritas neste documento só serão bem-sucedidas se forem desenvolvidas e alinhadas com os ciclos pré-existentes dos documentos seleccionados e das instituições parceiras. A Equipa de Implementação deve ser flexível e ter sentido de oportunidade.
- **CRIAÇÃO DE UM ÓRGÃO FORMAL PARA SUPERVISIONAR A INTEGRAÇÃO:** Um dos resultados do projecto da Colômbia foi a criação de uma comissão oficial de coordenação das mudanças climáticas da ONU, que agora tem o mandato de integrar as considerações sobre as mudanças climáticas nas actividades da UNCT, para além de sensibilizar e melhorar a colaboração entre as agências. Tal órgão pode garantir que as acções de seguimento sejam implementadas, as actividades a nível nacional sejam coordenados e sinergias entre as actividades de desenvolvimento sejam alavancadas.
- **EQUIPA DE IMPLEMENTAÇÃO:** É importante montar uma equipa de pessoas competentes, dedicadas, profissionais, eficientes, e cujas competências venham a ser complementares. Um elo fraco na cadeia de responsabilidades, inevitavelmente, afectará o sucesso global da actividade.
- **AVALIAÇÕES DE RISCOS CLIMÁTICOS:** A avaliação dos riscos climáticos é uma questão técnica que requer análise inter-disciplinar e familiaridade com projecções climáticas, incertezas e dinâmica do contexto nacional. O Projecto dos Riscos Climáticos beneficiou do apoio de consultores externos que complementam as aptidões da Equipa de Implementação.
- **PRODUTOS DO PROJECTO:** Em muitos dos países piloto do Projecto dos Riscos Climáticos, o Mapa Institucional e o Perfil Climático - que foram originalmente pensados como relatórios de base para a avaliação dos riscos climáticos - foram muito apreciados pelas partes envolvidas pelo seu próprio mérito. Esses documentos devem ser considerados tão fundamentais como a própria avaliação dos riscos climático.

Finalmente, com a crescente atenção global sobre as mudanças climáticas, os governos estão a solicitar pareceres técnicos mais consistentes e estratégicos sobre como este fenómeno e ter acesso a fundos afins. Neste contexto, as actividades descritas neste documento ganhariam se implementadas como parte de um grande chapéu de apoio relativo às mudanças climáticas aos governos, ONGs, sociedade civil e ao sector privado – nomeadamente Estratégias de Desenvolvimento envolvendo Baixas Emissões e Resistentes às Mudanças Climáticas. O processo deve ser associado, e as sinergias encontradas com outras iniciativas e projectos, quando possível.

Estradas costeiras construídas muito perto da costa, como esta perto de Dili em Timor Leste, são suscetíveis a impactos das mudanças climáticas, tais como a subida do nível do mar. A integração das alterações climáticas no planeamento do desenvolvimento deve assegurar que as infra-estruturas existentes sejam adaptadas e os novos desenvolvimentos sejam preparados para suportar as mudanças do clima previstas no longo prazo. (Fotografia cortesia de Sérgio Teixeira Santos)

Referências

relatório aprendizagem ALM Mecanismo produtos

Todos os documentos produzidos como parte do Projecto dos Riscos Climáticos estão disponíveis na página de cada país no portal do Adaptation Learning Mechanism (ALM) (www.adaptationlearning.net).

ALM ADAPTATION LEARNING MECHANISM

- ADB (2005). *Climate Proofing: A Risk-based Approach to Adaptation*. Asian Development Bank: The Philippines, 219p.
- Cardona, A. (2009). *Mapeo institucional. Actores relacionados con el abordaje del cambio climático en Colombia*. Projecto: *Integração de Riscos e Oportunidades das Mudanças Climáticas nos Processos de Desenvolvimento Nacional e na Programação da ONU*. PNUD: Bogotá. 31p.
- Cardona, A. (2009). *Reporte final del proyecto "Integración de riesgos y oportunidades del cambio climático en los procesos nacionales de desarrollo y en la programación de país de las Naciones Unidas" en Colombia*. Projecto: *Integração de Riscos e Oportunidades das Mudanças Climáticas nos Processos de Desenvolvimento Nacional e na Programação da ONU*. PNUD: Bogotá, 22p.
- Cigarán M.P., Gutiérrez M. e Zamora S. (2009). *Perfil Climático de Nicaragua.* Projecto: *Integração de Riscos e Oportunidades das Mudanças Climáticas nos Processos de Desenvolvimento Nacional e na Programação da ONU*. PNUD: Managua, 9p.
- Gutiérrez, M.E. e Cigarán, M.P. (2009). *Evaluación climática del Marco de Asistencia de las Naciones Unidas para el Desarrollo, El Salvador*. Projecto: *Integração de Riscos e Oportunidades das Mudanças Climáticas nos Processos de Desenvolvimento Nacional e na Programação da ONU*. PNUD: El Salvador, 55p
- Gallo, M. (2010). *Transversalización de los riesgos y las oportunidades del cambio climático en las Bases de Concurso del Fondo de la Iniciativa para América: resumen ejecutivo*. Projecto: *Integração de Riscos e Oportunidades das Mudanças Climáticas nos Processos de Desenvolvimento Nacional e na Programação da ONU*. PNUD: El Salvador, 13p.
- Hellmuth, M.E., Moorhead, A., Thomson, M.C., and Williams, J. (eds.) (2007). *Climate Risk Management in Africa: Learning from Practice*. International Research Institute for Climate and Society (IRI), Columbia University: New York, USA, 104p.
- IPCC (2007). *Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report*. M.L. Parry, O.F. Canziani, J.P. Palutikof, P.J. van der Linden and C.E. Hanson (eds.). Cambridge University Press: Cambridge, UK and NY, USA. 976p.
- IPCC (2001). *Climate Change 2001: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Third Assessment Report*. J.J. McCarthy, O.F. Canziani, N.A. Leary, D.J. Dokken and Kasey S. White (eds.). Cambridge University Press, Cambridge: UK and NY, USA, 1032p.
- Jumbe, C.B.L. e Linddal, M. (2009). *Mapping of institutions policies and projects: Malawi*. Projecto: *Integração de Riscos e Oportunidades das Mudanças Climáticas nos Processos de Desenvolvimento Nacional e na Programação da ONU*. PNUD: New York, 34p.
- Klein, R.J.T., Eriksen, S.E.H., Næss, L.O., Hammill, A., Tanner, T.M., Robledo, C. and O'Brien, K.L. (2007). *Portfolio Screening to Support the Mainstreaming of Adaptation to Climate Change into Development Assistance*. Tyndall Centre for Climate Change Research, Working Paper 102.
- Linddal, M. (2009). *Climate Change Screening of the Agricultural Wide Sector Approach (AWSAp) of Malawi*. Projecto: *Integração de Riscos e Oportunidades das Mudanças Climáticas nos Processos de Desenvolvimento Nacional e na Programação da ONU*. PNUD: New York, 10p.
- Linddal, M. (2009). *Climate Change and Development: Integration of climate change risks and opportunities into the UNDAF in Malawi*. Projecto: *Integração de Riscos e Oportunidades das Mudanças Climáticas nos Processos de Desenvolvimento Nacional e na Programação da ONU*. PNUD: New York, 50p.
- OECD (2009). *Integrating Climate Change Adaptation into Development Co-operation*. Policy Guidance. OECD Publishing, 196p.
- Olhoff, A. and Schaer, C. (2010). *Screening Tools and Guidelines to Support the Mainstreaming of Climate Change Adaptation into Development Assistance – A Stocktaking Report*. UNDP: New York, 48p.
- PNUD (2010). *Final project report: Integrating climate change in the development of Cabo Verde.* Projecto: *Integração de Riscos e Oportunidades das Mudanças Climáticas nos Processos de Desenvolvimento Nacional e na Programação da ONU*. PNUD: New York, 38p.

- PNUD (2009). *UNDP Quality Standards for the integration of Adaptation to Climate change into Development Programming* (Padrões de Qualidade) (*Draft stage*). PNUD: New York, 14p.
- PNUD (2005). *Adaptation Policy Framework for Climate Change: Developing Strategies, Policies and Measures*. B. Lim, E. Spanger-Siegfried, I. Burton, E. Malone e S. Huq (eds.). Cambridge University Press: 258p.
- Santos, S. T. (2010). *Avaliação de riscos e oportunidades de DECRP-II*. Integração de mudanças climáticas no desenvolvimento de Cabo Verde. Projecto: *Integração de Riscos e Oportunidades das Mudanças Climáticas nos Processos de Desenvolvimento Nacional e na Programação Nacional da ONU*. PNUD: New York, 44p.
- Santos, S. T. (2010). *Integração das Mudanças Climáticas no Desenvolvimento de Cabo Verde: Mapeamento Institucional e Colaboração entre Partes Interessadas.* Projecto: *Integração de Riscos e Oportunidades das Mudanças Climáticas nos Processos de Desenvolvimento Nacional e na Programação da ONU*. PNUD: New York, 14p.
- Trosper, R.L., 2002. *Northwest Coast Indigenous Institutions that Supported Resilience and Sustainability*. Ecological Economics, 41:329-344.
- UNDG (2010). *Guidance Note on Integrating Climate Change Considerations in the Country Analysis and the UNDAF.* Working Group on Programming Issues, Task Team on Environmental Sustainability and Climate Change, 60p.
- UNISDR (2004). *Living with Risk: A Global Reviewof Disaster Reduction Initiatives.* 429p.
- UNPEI (2011). *Mainstreaming Climate Change Adaptation into Development Planning: A Guide for Practitioners*. Nairobi: United Nations Development Programme–United Nations Environment Programme Poverty-Environment Initiative, 86p.

Ponte inundada com água de escoamento rica em solo erodido, San Vicente, El Salvador. Em algumas áreas do globo, mudanças climáticas estão a levar a um elevado número de ocorrências de precipitação intensa. Isto arrisca exceder a capacidade dos terrenos de absorverem as águas pluviais, causando uma variedade de perigos. (Fotografia cortesia de PNUD El Salvador)

Anexo 1: Termos de Referência para a Contratação do Coordenador Nacional das Mudanças Climáticas

Título do Posto: Coordenador Nacional das Mudanças Climáticas

Duração: Tempo inteiro, durante 6-7 meses

Local: No país

Línguas: Inglês e a língua oficial nacional

I. Enquadramento

II. Âmbito do trabalho

III. Atribuições e Principais Responsabilidades

A pessoa seleccionada será responsável pelo fornecimento do contexto nacional do trabalho, para além da coordenação da logística do *workshop* e contactos com as partes nacionais, quando necessário.

A. Elaboração de um mapa das instituições envolvidas em mudanças climáticas a nível nacional

- Analisar material escrito sobre as partes/instituições envolvidas em mudanças climáticas.
- Complementar as conclusões com entrevistas a decisores relevantes.
- Produzir um relatório (12-15 páginas) que apresente o quadro institucional e regulamentar; enumere e descreva o papel e a influência dessas instituições, inclua uma ilustração do mapeamento, analise a capacidade institucional, descreva os mecanismos de coordenação e colaboração existentes, e forneça recomendações sobre como melhorar a colaboração.

B. Assistir o Especialista em Riscos das Mudanças Climáticas, contribuindo com informações relevantes a nível nacional para os relatórios dos projectos

- Complementar o trabalho do Especialista em Riscos das Mudanças Climáticas de elaboração do Perfil Climático do País (incluindo pareceres sobre fontes apropriadas de informação e complementando as informações obtidas sobre a vulnerabilidade e riscos nacionais).
- Produzir um folheto resumo de duas páginas do Perfil Climático do País.
- Comentar e complementar a avaliação dos riscos climáticos com informações nacionais, por exemplo, sobre as oportunidades de sinergias com as iniciativas existentes, e as ligações com as instituições.

C. Organizar um ou dois workshops para a capacitação dos actores nacionais e da ONU para avaliar e integrar considerações sobre as mudanças climáticas

- Em colaboração com o Especialista em Riscos das Mudanças Climáticas, preparar materiais para a capacitação das partes envolvidas nas mudanças climáticas e na integração.
- Com o apoio da equipa do projecto, elaborar uma ordem do dia do workshop.
- Coordenar a logística do workshop, incluindo local, convites, catering, divulgação na comunicação social, contratos que forem necessários, e pacotes de formação.
- Preparar e fazer apresentações em PowerPoint durante os workshops sobre temas incluindo o Mapa Institucional e vulnerabilidades e riscos nacionais.
- Produzir relatórios sucintos dos workshops, destacando os resultados, desafios e lições.

D. Preparação atempada das actividades do projecto nacional

- Preparar os planos de trabalho e orçamentos para a produção os resultados do projecto, e fornecer actualizações sobre o andamento e despesas do projecto ao Ponto Focal do PNUD.
- Produzir um relatório final do projecto sobre os resultados, desafios e lições aprendidas.

E. Agir como ponto focal nacional para o projecto, em ligação com um grupo alargado de actores nacionais, bem como com redes regionais e globais, se necessário

- Agir como ponto focal para as relações do projecto - ligação com governos nacional e locais, com o PNUD, e outros representantes da ONU e ONGs, assim como os actores regionais, para aumentar a consciencialização sobre o projecto e sobre a integração das mudanças climáticas.
- Realizar trabalho analítico sobre o projecto.
- Fazer a ligação e reunir-se com as partes para garantir o envolvimento adequado no processo de avaliação e integração.
- Partilhar o relatório do workshop e produtos do projecto com as partes interessadas.

IV. Relatórios previstos

- É produzido um Mapa Institucional dos atores nacionais sobre mudanças climáticas.
- São feitas contribuições para o Perfil Climático do País e para a avaliação dos riscos climáticos.
- Está disponível um resumo de duas páginas do Perfil Climático do País.
- São organizados um ou dois workshops.
- São produzidos relatórios do Workshop e do projecto.

V. Qualificações e Competências

- Um mínimo de sete anos de experiência profissional relevante, incluindo no desenvolvimento de projectos ambientais, de mudanças climáticas ou de adaptação.
- Experiência e facilidade de trabalhar e colaborar com o governo nacional.
- Forte capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.
- Engajamento com a equipa e trabalho inter-disciplinar.
- Ênfase na prestação dos resultados e na satisfação do cliente.
- Excelente capacidade de organização e de liderar processos participativos.
- Boa reacção à crítica construtiva.
- A compreensão das práticas e procedimentos da ONU e do PNUD - incluindo programação - é uma mais-valia.
- Fluência (falada e escrita) da língua Inglesa e nacional (se aplicável) é essencial.

Anexo 2: Termos de Referência para a Contratação do Especialista em Riscos das Mudanças Climáticas

Título do posto: Especialista em Riscos das Mudanças Climáticas

Duração: Até 40 dias úteis durante 6-7 meses

Local: No país (com 2 missões possíveis ao local do projecto)

Línguas: Inglês e a língua oficial nacional

I. Enquadramento

II. Âmbito do trabalho

III. Atribuições e Principais responsabilidades

A pessoa seleccionada será responsável por realizar a avaliação dos riscos climáticos dos planos nacionais de desenvolvimento, políticas e projectos seleccionados, assim como propor medidas de adaptação às partes envolvidas.

A. Realizar uma avaliação climática e propor ajustes/pontos de entrada

- Analisar a literatura disponível e produzir um breve Perfil Climático do País (incluindo as projecções climáticas previstas, as mudanças climáticas observadas no passadas, prováveis riscos, vulnerabilidades e potenciais impactos) em estreita coordenação com a Representação do PNUD e com a equipa do projecto.
- Realizar uma avaliação dos riscos climáticos de um documento de desenvolvimento nacional ou da ONU a ser seleccionado pela Representação do PNUD, em consulta com as partes governamentais envolvidas. O relatório deve identificar:
  - Como e onde os riscos e as oportunidades já estão incorporados no documento.
  - Riscos de má adaptação.
  - Acções e pontos de entrada para a gestão dos riscos e oportunidades das mudanças climáticas para a integração da adaptação.
  - Um conjunto de acções prioritárias para a consideração pela entidade nacional.
  - Obter o feedback sobre os resultados do projecto das partes envolvidas durante o workshop
- Aperfeiçoar os resultados com base nesses comentários e finalizar relatório.

B. Dar formação aos intervenientes nacionais seleccionados (decisores, técnicos)

- Adaptar os materiais de formação existentes, incluindo apresentações em PowerPoint e exercícios de grupo, e torná-los relevantes para o contexto nacional.
- Apresentar e facilitar sessões sobre a ciência das mudanças climáticas, conceitos importantes (incluindo vulnerabilidade, adaptação, riscos, e má-adaptação), a ligação entre a adaptação e o desenvolvimento, integração das mudanças climáticas, e metodologia do PNUD.
- Organizar uma sessão de recolha de comentários sobre a proposta de relatório da avaliação climática.
- Facilitar uma sessão de priorização das medidas de adaptação propostas.

C. Contribuir para as lições aprendidas

Elaborar um relatório conciso mas abrangente sobre as actividades realizadas, os produtos gerados, e as lições aprendidas para o benefício da Representação do PNUD e da sua sede.

IV. Relatórios previstos

Os principais relatórios esperados da consultoria são:

- Um Perfil Climático de 5-10 páginas.
- Um relatório de avaliação final e validado sobre os riscos climáticos e oportunidades de um plano de desenvolvimento, política ou projecto nacional.
- Materiais de formação finais.
- Um relatório conciso com actividades, produtos, e lições aprendidas da consultoria.

V. Qualificações e experiência

- Mestrado ou Doutoramento em desenvolvimento/ambiente/adaptação às mudanças climáticas ou outra área afim.
- Um mínimo de 10 anos de experiência de trabalho em ambiente, desenvolvimento e/ou mudanças climáticas.
- Experiência em pesquisas, estudos analíticos, e elaboração de relatórios.
- Ampla experiência na organização de workshops e acções de formação.
- Preocupado com as necessidades do cliente, e com respostas atempadas a reacções.
- Fortes capacidades de comunicação e de relação interpessoal.
- Forte sensibilidade cultural e capacidade de trabalhar em ambientes multi-culturais; fluência em Inglês e outra língua exigida (escrito e falado).

Para mais informações, queira contactar:

Veerle Vandeweerd
Directora
Environment & Energy Group
Bureau for Development Policy
United Nations Development Programme

304 East 45th Street
New York, NY 10017
www.undp.org/climatechange